
CADERNO DE

ISSN 0103-0427



Volume 5 • Número 6 • Dezembro 1994



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão Chanceler

Dom Serafim Fernandes de Araújo

Reitor

Prof. Pe. Geraldo Magela Teixeira

Vice-reitora

Prof^a. Maria Beatriz Ribeiro de Oliveira Gonçalves

Pró-reitora de Execução Administrativa

Prof^a. Ângela Maria Marques Cupertino

Pró-reitora de Extensão

Prof^a. Regina Celi Corrêa Cardoso

Pró-reitor de Graduação

Prof. Djalma Francisco Carvalho

Pró-reitora de Pesquisa e de Pós-graduação

Prof^a. Léa Guimarães Souki

Diretor do Instituto de Ciências Humanas

Prof. Audemaro Taranto Goulart

Chefe do Departamento de Geografia

Prof^a. Magda Maria Diniz Tezzi

Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Geografia

Prof^a. Jony Rodarte Gontijo Couto

Prof^a. Magda Maria Diniz Tezzi

Prof^a. Marília Faria Cardoso Sampaio

Prof. Tarcísio Bruzzi Andrade

EDIÇÕES PUC•MG

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Pró-reitoria de Extensão

Av. Dom José Gaspar, 500 • Coração Eucarístico

Caixa Postal: 1686 • Tel: (031) 319.1216 • Fax: (031) 319.1225

30535-610 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil

Tiragem

1000 exemplares

Caderno de Geografia

Cad. geogr.	Belo Horizonte	v. 5	n. 6	p. 1-68	dez. 1994
-------------	----------------	------	------	---------	-----------

Editor/Coordenador

Prof.^a Jony Rodarte Gontijo Couto

Conselho Consultor

Professores do Departamento de Geografia

Coordenação Gráfica

Coordenadoria de Comunicação Social da PUC•MG

Revisão

Virgínia Mata Machado

Caderno de Geografia

FICHA CATALOGRÁFICA

(Preparada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais)

Caderno de Geografia. — v.1, n. 1, dez. 1990 — . — Belo
Horizonte: PUC•MG: FUMARC, 1989 —

v.

Semestral

1. Geografia — Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia.

CDU: 91 (05)

SUMÁRIO

Rediscutindo a nova ordem mundial <i>José William Vesentini</i>	5
Considerações sobre a percepção da paisagem geográfica <i>Herbe Xavier</i>	21
Percepção do meio ambiente por estudantes universitários <i>Lucy Marion Calderini Philadelpho Machado</i>	27
Terra, rotas e tendas: sobre a paisagem vivida dos ciganos <i>Solange T. de Lima</i>	41
Usina hidrelétrica Nova Ponte, um projeto voltado para a harmonização com o meio ambiente <i>Benjamim Campolina de Avelar Marques</i> <i>Luiz Augusto Barcellos Almeida</i>	49
Planejamento e gestão urbana. A metodologia em busca da técnica <i>Sérgio Roberto Gouveia</i>	55

REDISCUTINDO A NOVA ORDEM MUNDIAL(*)

*José William Vesentini(**)*

Universidade de São Paulo – USP

Em 1993, numa outra palestra que realizamos aqui mesmo, procuramos explicar porquê a velha ordem mundial ruiu, num enfoque que buscava os motivos que levaram ao final da guerra fria e da bipolaridade, ao final da oposição Leste/Oeste e ao nascimento de uma nova ordem mundial. Destacamos, na ocasião, dois fatores básicos:

- a crise do mundo socialista e em particular as insuficiências ou problemas da planificação centralizada;
- o desenvolvimento desigual das nações nas últimas décadas, notadamente nos anos 70 e 80, quando antigas potências médias – como o Japão, a Alemanha e até a China – cresceram muito mais do que os Estados Unidos e a ex-União Soviética, as duas grandes potências ou superpotências do pós-guerra e das últimas décadas.

Nas últimas duas ou três décadas, de fato, outras economias foram pouco a pouco rivalizando ou até superando os Estados Unidos e em particular a ex-União Soviética. Em 1960, por exemplo, o PNB do Japão representava menos de 10% do norte-americano, mas, já em 1989 (para ficarmos no ano da eclosão da crise socialista na

Europa Oriental e da queda do muro de Berlim, acontecimentos que marcaram decisivamente o ocaso da ordem bipolar), essa produção econômica anual do Japão representava cerca de 55% da dos Estados Unidos. E a Europa Ocidental, que tinha um valor total de PNB (a soma de todos os países) menor que os Estados Unidos em 1950, em 1989 já possuía uma produção econômica total que quase chegava a ser o dobro da norte-americana.

Esse desenvolvimento econômico internacional desigual das últimas décadas foi um fator realmente básico, durante muito tempo até meio imperceptível, mas que foi minando os alicerces daquele edifício bipolar, que repousava, entre outras coisas, na enorme superioridade econômica (e também, logicamente, político-militar) dos Estados Unidos no campo ocidental ou capitalista, por um lado, e também na indiscutível superioridade soviética no outro campo ou “bloco”, o oriental ou socialista. Esse desenvolvimento desigual das nações levou ao surgimento de novas grandes potências mundiais, particularmente o Japão, na Ásia, e a CEE e atual União Européia, no continente europeu, com destaque para a Alemanha. Pouco a pouco, o capitalismo mundial deixou

(*) Palestra proferida na PUC de Minas Gerais, durante a Semana de Geografia de 1994.

(**) Doutor em Geografia. Professor e pesquisador da Universidade de São Paulo.

de ter um único centro ou pólo de poder e passou a ter no mínimo três, e isso já a partir dos anos 70.

E, por fim, a crise do mundo socialista, que eclodiu com mais intensidade no final da década de 1980, veio dar o golpe final naquela estrutura bipolar, na velha ordem mundial. Houve uma corrida para o capitalismo e a economia de mercado; praticamente já não existe mais nenhuma economia centralmente planificada. Isso ocasionou um final, pelo menos em grande parte (apesar da permanência de alguns poucos países, espécies de *resíduos*), do chamado Segundo Mundo ou mundo socialista. Com isso – com o advento de novas potências mundiais, em particular com a ascensão do Japão e da nova Europa unificada, e com o ocaso do mundo socialista – nós ingressamos na chamada “nova ordem mundial”, uma ordenação internacional baseada na multipolaridade e na globalização capitalista.

Nossa exposição de hoje tem como base a bibliografia – seja em forma de livros (alguns poucos) já escritos sobre o tema, seja pelos artigos/ensaios acadêmicos e até alguns jornalísticos de boa qualidade –, num procedimento de comentários, críticas, confronto de idéias, enfim uma espécie de balanço. Não um balanço “neutro” ou quantitativo e sim participante, onde quem comenta também tem o seu ponto de vista, que surge inclusive a partir do confronto de vários autores, da aceitação (mesmo parcial) de algumas idéias e críticas (mesmo parciais) a outras idéias. Trata-se, antes de mais nada, de um *diálogo* com a bibliografia, considerando-se que o conhecimento não avança sozinho mas de forma coletiva, como resultado não apenas de pesquisas pontuais, que são importantíssimas, mas também da troca de idéias, da polêmica, da reflexão crítica sobre o que já foi produzido. Citando um exemplo clássico, podemos lembrar a obra de Marx, esse gênio do século XIX, que construiu suas idéias na base da reflexão crítica a partir de vários autores representativos (Hegel, Adam Smith, David Ricardo, etc.) e que, mesmo criticando as obras desses pensadores, absorvia ou retrabalhava noções oriundas de várias correntes de pensamento distintas. Nunca devemos nos ater a uma única linha filosófica ou ideológica, a somente uma corrente de pensamento em nossa disciplina ou em outras, mas, sempre

que possível, devemos procurar conhecer as várias correntes representativas e seus respectivos pontos de vista, pois normalmente cada uma vê um (ou alguns) aspecto(s) da realidade, mesmo que de forma distorcida ou parcial, e via de regra quase todas elas têm algo de aproveitável.

De forma resumida, o tema “nova ordem mundial” sem dúvida que é recente (posterior a 1989) e não tem ainda uma vasta bibliografia. Podemos mencionar, em primeiro lugar, dois livros já clássicos de Paul KENNEDY – **Ascensão e queda das grandes potências** (Rio de Janeiro, Campus, 1988), que descreve a trajetória das grandes potências mundiais desde o século XVI e enfatiza em especial a bipolaridade e sua crise; e **Preparando para o século XXI** (Rio de Janeiro, Campus, 1993), que discute alguns “grandes temas” da atualidade (globalização, robotização, revolução biotecnológica, explosão demográfica, etc.) e procura avaliar as perspectivas das “grandes regiões” do globo (América Latina, África, Estados Unidos, ex-União Soviética, China, Europa, etc.) frente aos desafios do século XXI. Uma outra obra básica é a antologia organizada por Zaki LAÏDI (**L'ordre mondial relâché. Sens et puissance après la guerre froide**. Paris, PFNSP, 1992); onde vários pesquisadores discutem temas ligados ao poderio militar e econômico na nova ordem mundial. E o livro de Lesler THUROW (**Cabeça a cabeça. A competição econômica entre Japão, Europa e Estados Unidos**. Rio de Janeiro, Rocco, 1993) é importantíssimo, em especial pela idéia de que o poderio (e a guerra) militar tende a ser substituído pelo econômico, com avaliações dos pontos fortes e frágeis dos diversos competidores de peso do cenário mundial dos anos 90. Podemos mencionar ainda, como trabalhos que abordam alguns aspectos da nova ordem, os livros de Ralph DARENDORF (**Reflexões sobre a revolução na Europa**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1991), que trata das mudanças na Europa oriental – a crise do socialismo real – e da Europa ocidental – o processo de unificação –, e também o conjunto de textos de Alain LIPIETZ (**Audácia. Uma alternativa para o século XXI**. São Paulo, Nobel, 1991), que enfoca a crise do fordismo, a crise do marxismo e a problemática ambiental. E, por fim, no tocante às obras originais e polêmicas, que

defendem pontos de vista extremados, podemos mencionar três autores. O anarquista Noam CHOMSKY (vários artigos jornalísticos publicados nos Estados Unidos e também o livro **Ano 501 – a conquista continua**. São Paulo, Scritta, 1993), defende com veemência a idéia de que o grande problema mundial sempre foi, desde a colonização da América, a oposição entre o Norte explorador e o Sul explorado, argumentando ainda que os Estados Unidos teriam se tornado numa espécie de “xerife” da nova ordem mundial, uma superpotência militar que estaria a serviço dos países ricos e “cobraria” taxas para desempenhar esse papel de garantidor das relações de exploração. Um outro autor de conteúdo jornalístico, só que inspirado na tradição marxista-leninista do início do século, é o alemão Robert KURTZ (**O colapso da modernização**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992), o qual numa visão extremamente catastrófica vê a crise do “mundo socialista” como uma primeira fase da crise geral e terminal da modernidade capitalista, que teria esgotado completamente suas possibilidades de expansão. E o pós-modernista francês de inspiração pessimista, Alain MINC (**A nova idade média**. S. Paulo, Ática, 1994), encara a nova ordem como uma espécie de volta à era medieval, com um certo caos, uma falta de sistemas organizados e de qualquer centro, uma multiplicação de “zonas cinzentas” fora do alcance de qualquer autoridade, etc.

Quanto aos artigos em revistas e jornais, podemos destacar em primeiro lugar a revista trimestral **Política Externa**, editada no Rio de Janeiro pela editora Paz e Terra desde 1991, na qual existem ensaios variados, alguns de ótima qualidade, tanto de autores nacionais quanto traduções muito bem escolhidas, a respeito dos “blocos geoeconômicos”, das perspectivas dos Estados Unidos, Europa e Japão na nova ordem, da ECO-92, da Guerra do Golfo, do problema monetário internacional, etc. Cabe aqui um especial destaque para as excelentes análises de Samuel HUNTINGTON – *Choque de civilizações?* e *Paradigmas do mundo pós-guerra fria* –, no vol. 2, nº 4, de março de 1994, nos quais o autor argumenta que os choques culturais-religiosos substituem os confrontos ideológicos com o grande motivo de contradições mundiais na nova ordem. E, por fim, a série de

artigos intitulada **World Media** e publicada em vários jornais do mundo (*La Stampa*, na Itália, *The Guardian*, na Inglaterra, *Libération*, na França, *Folha de S. Paulo*, no Brasil, etc.) – com a primeira delas tendo sido editada em 1989 e a última em dezembro de 1993 –, que aborda temas que vão da queda do muro de Berlim até o tráfico de drogas no planeta, é muito elucidativa sobre a nova ordem mundial, apesar de conter ensaios de valor muito variado e alguns até ficcionais.

Nova ordem mundial ou Desordem? Essa é uma primeira e preliminar discussão que surge nos trabalhos que abordam o mundo pós-guerra fria. Mas a alternativa neste caso é falsa, pois a idéia de uma desordem mundial na realidade é vazia, é somente retórica. Pois afinal toda ordem contém elementos de desordem, de caos. E toda desordem, todo caos ou aparente irracionalidade sempre tem por trás de si uma ordem qualquer, uma lógica ou regularidade. Desde os clássicos da Geografia Política – a começar por Harold McKinder, um dos fundadores da escola geográfica inglesa no final do século passado e autor de uma obra que estudava a ascensão e a queda das grandes potências mundiais, com especial destaque para o declínio do poderio britânico naquela época e a ascensão de novos centros de poder –, que o conceito de “ordem mundial” tem como pressuposto um *equilíbrio instável* do poderio mundial, uma hierarquia de conflitos e potenciais de guerra. Ou seja, a idéia de ordem mundial já contém elementos de conflito, de hegemonia(s) e reações contra ela(s), de mudanças, de injustiças internacionais.

Portanto, no lugar de realizar um mero jogo de palavras ao rotular a nova situação mundial de “desordem”, como fazem alguns com base na situação do Haiti, na guerra da Somália ou da Bósnia, nas epidemias e na fome que se expande na África ou em outras partes do globo, convém mesmo é entender a dinâmica da nova ordem, a lógica ou a regularidade que preside essas situações. Fazendo um paralelo, podemos lembrar dos estudos urbanos, por exemplo sobre a expansão de São Paulo. Era muito comum, há algumas décadas, que certos autores se referissem a essa situação como uma “desordem urbana”. Mas as interpretações evoluíram bastante quando se mos-

trou que a desordem é aparente, que existe uma ordem (a forma da especulação imobiliária, a terra como mercadoria, a despreocupação do poder público com a reprodução da força de trabalho, a periferização das classes populares) que preside e explica essa expansão. Também no plano mundial pode-se afirmar o mesmo: deixaremos de lado discussões inúteis quando no lugar de negar uma “nova ordem” e advogar uma “desordem”, passarmos a explicar o *porquê* dos novos conflitos e tensões, o novo tipo de hierarquia do poderio mundial (tanto político-militar quanto, cada vez mais, econômico-tecnológico) e as reações frente a ele ou, em outras palavras, o atual tipo de ordenação geopolítica a nível planetário.

O que significa, afinal, uma ordem mundial? Segundo a bibliografia clássica sobre o tema – de Geografia Política, de Relações internacionais e Direito Internacional, de História Militar e Ciência Política –, uma ordem mundial define-se pela hierarquia e ordenação existente nas relações (tanto de paz como de guerra) entre os Estados-nações. Dentro do território de cada Estado existe uma ordem bem definida, mesmo que em alguns momentos ocorram revoluções, que levam à elaboração de novas leis magnas ou uma nova ordenação jurídica, econômica, política, etc. Mas no contexto internacional a situação é mais complicada, pois não há um Estado universal (esse sonho de alguns pensadores desde o século XVIII!) e nem sequer tribunais com legitimidade ou mesmo poderio indiscutível. Nesse cenário existem as relações de paz e de guerra, a diplomacia e o uso da força militar nos casos extremos (mas nada raros). Teoricamente, seria a “lei da selva” ou do mais forte – ou “anarquia internacional”, como escreveram vários autores –, embora a realidade não seja bem assim. Como o Estado moderno, o Estado nacional, costuma ser considerado o grande e quase exclusivo ator ou agente das relações internacionais, a ordem mundial define-se pela presença de uma ou algumas grandes potências mundiais, que podem impor direta ou indiretamente seus interesses, podem criar ou comandar alianças e sistemas de relações político-militares, comerciais, culturais, financeiras, etc. É por isso que normalmente se define uma ordem mundial pela presença de pólos ou centros de poder, as grandes

potências, havendo assim uma *ordem monopolar* (no caso de existir apenas uma grande potência mundial, tal como ocorreu no século XIX com a Inglaterra), uma *ordem bipolar* (caso típico das últimas décadas, após a Segunda Guerra Mundial), uma *ordem multipolar* (no caso de haver várias grandes potências mundiais, numa situação mais ou menos indefinida), e assim sucessivamente.

Justamente sobre essa definição da nova ordem existem pontos de vista conflitantes. Para uns, especialmente os que valorizam o poderio militar, existiria hoje uma *ordem monopolar*, com a presença de apenas uma grande potência (ou superpotência, conceito intimamente ligado à posse de armas nucleares com capacidade de exterminar a vida humana sobre a Terra), os Estados Unidos. Já outros argumentam que a nova ordem é *tripolar*, pela saída de cena da ex-URSS e a atual competição econômica entre Japão, União Européia e Estados Unidos. Alguns poucos ainda continuam insistindo na inclusão da Rússia (ou da CEI) e mesmo da China no rol das grandes potências, defendendo portanto a idéia de uma *ordem pentapolar*. Outros falam numa *ordem multipolar*, pois preferem deixar em aberto o número de grandes potências mundiais, assumindo a idéia de uma relativa indeterminação ou uma dinâmica de mudanças rápidas e surpreendentes. E, por fim, alguns autores valorizam muito mais a globalização, os fluxos, as redes planetárias, argumentando que acabou a era dos Estados e das grandes potências, sendo que a nova ordem mundial seria *apolar*, isto é, sem centros ou pólos de poder. Como se posicionar frente a essas variadas alternativas?

Pensamos que todos esses pontos de vista têm uma certa validade, cada um enxergando a realidade de uma certa forma, embora optemos pela noção de ordem multipolar. Vamos explicar o *porquê* disso. O conceito de monopolaridade para a década de 1990, apesar de falso em nossa opinião, é o que está mais próximo da tradição clássica, pois esta sempre enfatizou o poderio militar, as forças armadas, as estratégias de conquistas territoriais de cada Estado. A idéia de “grande potência mundial”, alicerce do discurso geopolítico, sempre esteve ligada à possibilidade

de vencer guerras frente aos competidores, pelo menos até no mínimo o final da Segunda Guerra Mundial. Se ficássemos atados a essa tradição, aos grandes autores clássicos do século passado ou inícios deste, de fato a nova ordem mundial seria monopolar, como ficou claro por ocasião da Guerra do Golfo de 1991, quando a atuação dos Estados Unidos (e somente esse país poderia desempenhar esse papel naquele momento!) foi decisiva para libertar o Kuwait do domínio iraquiano, inclusive “cobrando” uma certa taxa de bilhões de dólares dos países beneficiados com isso (o preço do petróleo poderia se elevar bastante caso não ocorresse aquela reação frente ao Iraque), principalmente do Japão e da Alemanha. Mas isso é apenas um fragmento da realidade, esta é bem mais complexa.

Na realidade, a aparente liderança mundial dos Estados Unidos em 1991 deveu-se muito à rapidez da decadência soviética, que pegou quase todo mundo de surpresa: os países europeus e o Japão estavam acostumados, durante décadas, a sempre se alinharem junto com as autoridades norte-americanas em face do “perigo comunista”, que era estigmatizado no lado oposto. Só que assentada a poeira, observamos que um novo quadro começa a se delinear: ao invés da continuidade da liderança norte-americana no “mundo capitalista” (o único a sobreviver e cada vez mais diversificado), o que vemos agora é uma crescente competição entre Estados Unidos, Japão e Europa ocidental. É certo que essa competição é antes de mais nada econômica, mas pode eventualmente evoluir para o campo político-diplomático e até militar (embora pareça extremamente improvável esta última hipótese, já que é óbvio hoje para os estrategistas dos países ricos que os excessivos gastos militares diminuem a dinamidade da economia e uma guerra entre grandes potências seria catastrófica mesmo para os eventuais vencedores). A Guerra do Golfo, assim, talvez tenha representado a última cena da era da supremacia inquestionável dos Estados Unidos no mundo capitalista, e não o símbolo da nova ordem como interpretaram alguns. É provável que futuramente seja a ONU – e não uma ONU instrumentalizada pelos Estados Unidos, mas uma organização fortalecida e com maior poderio da

Europa e do Japão –, quem lidere de fato a resolução e a implementação, mesmo que militar, de um conflito desse tipo.

A grande fraqueza da idéia de monopolaridade está no esgotamento do poderio militar com o advento das armas nucleares, que tornaram o armamentismo hodierno extremamente dispendioso e além do mais inoperante, ou seja, produtor de instrumentos que atingem até quem os usa, pela propagação da radiação, pela contaminação ambiental, pelo risco de um holocausto de toda a humanidade. Os autores clássicos, entretanto, não conheceram esse problema e sempre definiram uma grande potência pelo maior poderio militar frente aos seus competidores reais ou virtuais. Além do mais, o advento dos *limites* do crescimento armamentista coincidiu com o início da revolução técnico-científica, que vem aumentando o valor relativo do conhecimento e da tecnologia avançada e diminuindo sensivelmente o valor relativo dos recursos naturais, da força de trabalho em geral, dos efetivos militares. A idéia tradicional de grande potência fundava-se no princípio geopolítico segundo o qual “*Espaço e Poder*”, ou seja, um Estado forte deve se expandir, deve ter um bom poderio militar e adquirir mais espaço físico (o que inclui população – vista como potenciais trabalhadores, consumidores e até soldados –, solos agriculturáveis, cidades e indústrias, minérios, águas, etc.), ou pelo menos deve exercer influência e satelitizar os territórios vizinhos e mesmo os distantes.

Pois bem: os novos setores de ponta da atualidade substituem mão-de-obra por máquinas numa escala sem precedentes (informatização e robotização), substituem recursos naturais raros ou concentrados por novos materiais oriundos de pesquisas tecnológicas, dispensam a necessidade de grandes espaços para produzir alimentos (biotecnologia), desvalorizando assim a importância de uma enorme população e de um enorme território, que eram traços considerados como básicos para se almejar o *status* de grande potência mundial. Para azar dos Estados que, nas últimas décadas, engendraram suas estratégias com vistas a um poderio militar ou territorial (casos do Brasil com seu projeto geopolítico importantíssimo até meados dos anos 80, do Paquistão e outros

países). E para sorte (ou melhor visão) dos Estados que nas últimas décadas implementaram projetos que priorizaram a educação e a tecnologia, deixando de lado o fascínio pelas armas nucleares e pela exploração intensiva dos recursos naturais (casos do Japão, da Coreia do Sul e outros). Chegamos assim a uma situação paradoxal: pelos critérios clássicos ou tradicionais, o Paquistão (detentor de bombas atômicas) seria hoje no mínimo uma potência regional na Ásia, quando na realidade é um país cada vez mais insignificante no cenário internacional, ao passo que o pequeno e desarmado Japão, que não tem a bomba, tornou-se de fato numa grande potência mundial. O desenvolvimento tecnológico substituiu o tamanho do território e da população e o poderio militar enquanto critério definidor do que é uma grande potência nos dias atuais. Com isso, a noção de superpotência ou grande potência militar fica cada vez mais enfraquecida, e junto com ela naufraga a interpretação de uma nova ordem monopolar.

Já a idéia de uma ordem apolar é nova e estimulante. Ela tem o mérito de chamar a atenção para o declínio do poderio dos Estados-nações e o advento de *novos atores ou agentes* no cenário mundial ou planetário: as empresas multinacionais ou transnacionais, a cada dia mais numerosas e importantes, as organizações internacionais cada vez mais fortalecidas (UE, Nafta, ONU, GATT ou OMC, Banco Mundial, Grupo dos Sete e várias outras), as Organizações Internacionais Não Governamentais (Cruz Vermelha, Anistia Internacional, organizações ambientalistas mundiais, etc.), cujo número e importância aumenta constantemente, o sistema financeiro internacional, que se torna independente dos bancos centrais dos países ricos, a mundialização da cultura, dos hábitos, das comunicações... Só que essa interpretação exagera muito o declínio ou enfraquecimento dos Estados. Por mais que a globalização esteja avançada, por mais que o planeta esteja ficando pequeno para tanto fluxo de comunicações e transportes, por mais que algumas decisões importantes fujam do controle dos Estados e dos governos, ainda existe um grande poderio destes, em particular no caso dos países ricos que ainda comandam a maior parte das mudanças (notadamente Estados Unidos, Japão e União Européia com destaque para a Alemanha). Por

mais que as empresas multinacionais tenham criado redes nas quais as filiais competem entre si e não mais obedecem à matriz (e esta pode até ter sido transferida dos Estados Unidos ou da Europa para as ilhas Bahamas, por exemplo, devido aos incentivos fiscais), ainda existe uma decisiva influência dos países ricos sobre os empréstimos e os investimentos produtivos internacionais. Ainda existem pólos ou centros de poder bem definidos, e a globalização não homogeneizou (e nem tende a fazer isso) os diversos lugares.

E as interpretações que vêm a nova ordem como tri, penta ou multipolar formam um grupo com traços em comum. Da bipolaridade passamos a no mínimo três centros ou pólos de poder a nível mundial. Só que a idéia de multipolaridade é mais adequada por não fechar a questão, não fixar um número exato (três ou cinco) e, dessa forma, deixa espaço para uma certa indeterminação, para o entendimento da realidade como um processo vivo e em aberto. Quanto ao atual poderio mundial dos Estados Unidos, do Japão e da União Européia, não há o que questionar. Mas existem outros pólos em crescimento ou pelo menos bastante virtuais. A nosso ver, nem tanto a Rússia, cada vez mais atolada na sua profunda crise econômica e política, e nem mesmo a CEI, que dificilmente vai avançar além do mercado comercial para uma efetiva união política (as rivalidades seculares e principalmente as diferenças culturais devem impedir isso). A China sim, já que tem inúmeras condições favoráveis (cultura confusionista, que valoriza o ensino e a nação, uma grande coesão étnico-nacional da maioria han, que perfaz 92% de sua população total, a presença de enormes contingentes de chineses no resto do mundo, que formam uma comunidade extremamente solidária com a pátria mãe, o potencial maior mercado consumidor do planeta, etc.) e vem sendo a economia que mais cresce no mundo nestes anos 90. E também os "tigres asiáticos", com especial destaque para a Coreia do Sul, que não são áreas meramente satelitizadas pelo Japão, como normalmente se pensa, e sim países que almejam rivalizar com essa potência asiática e desempenhar um papel mais importante no cenário mundial.

O século XX começou com uma ordem multipolar e termina com uma nova multipolaridade,

tendo ocorrido no interregno uma bipolaridade, que durou cerca de 45 anos. Só que a nova ordem multipolar é bastante diferente daquela situação anterior à Primeira Guerra Mundial. Naquele momento, o declínio da hegemonia inglesa fez com que existissem várias grandes potências mundiais (a própria Inglaterra, ainda fortíssima no início do século, a ascensão da França, da Rússia e notadamente da Alemanha, no continente europeu, o domínio dos Estados Unidos no contingente americano, a expansão do Japão na Ásia), que passaram a disputar terras ou áreas de influência em inúmeras partes do Globo. A Primeira Guerra Mundial (1914-18) e também a Segunda Grande Guerra (1939-45), que na realidade representou uma espécie de continuação da Primeira, foram antes de mais nada momentos violentos dessa disputa entre essas grandes potências. Guerras que, por sinal, foram previstas por um grande número de pessoas, desde mesmo o final do século passado. A multipolaridade dessa época representava sem dúvida uma situação de pré-guerra entre as grandes potências mundiais, uma disputa econômica e geopolítica que tinha de chegar, como efetivamente chegou, às vias de fato, ao confronto militar. Mas a atual ordem multipolar é diferente, é bem mais complexa do que a do início do século. Em primeiro lugar, não é mais apenas o Estado-nação o único ou quase exclusivo agente das relações internacionais. Em segundo lugar, há um relativo declínio do poderio dos Estados e uma tendência à formação de “blocos” ou uniões político-econômicas (das quais o grande e pioneiro exemplo é a CEE, atual União Européia). Em terceiro lugar, existe hoje uma clara consciência de que uma guerra militar entre as grandes potências não teria vencedores nem vencidos, seria mesmo um contrassenso. E, por último, o avanço da globalização faz com que as economias nacionais sejam hoje mais integradas do que nunca; assim, o Japão tem grandes investimentos nos Estados Unidos (e vice-versa), bem como os países europeus, e uma crise em qualquer dessas regiões do globo sempre repercute imediatamente nas demais. No lugar de serem essencialmente competidores, como no início do século, os países ricos são na atualidade antes de mais nada parceiros com economias associadas. Por todos esses motivos, a atual ordem multipolar é bem mais complexa que a do início do século, é

qualitativamente diferente daquela.

Um outro quiproquó que surge com frequência é sobre quem teria engendrado a nova ordem e quem ganhou com ela. Alguns dizem que ela resultou da *perestroika* soviética, sendo por isso uma criação de M. Gorbatchev, enquanto que outros afirmam que ela foi produzida pelos Estados Unidos e em especial pelo ex-presidente G. Bush. E no tocante a quem ganhou, do ponto de vista de “caminho” ou ideologia predominante, alguns argumentam que ela seria essencialmente neoliberal, outros que é social-democrata e outros ainda que a nova ordem teria uma natureza pós-moderna. Mais uma vez pensamos que todas essas interpretações são exageradas, embora possam ter alguns elementos de verdade; mas verdades parciais, válidas apenas para certos casos específicos.

Dizer que a nova ordem foi engendrada pela ação de algum personagem – seja Gorbatchev, Reagan, Bush ou qualquer outro – é regredir até uma interpretação romântica da história, na qual alguns heróis ou personagens importantíssimos definem os rumos dos acontecimentos. É lógico que inúmeros personagens desempenharam importantes papéis, mas os processos resultam do entrecruzamento das ações de indivíduos, massas e organizações. A nova ordem foi o resultado de uma multiplicidade de ações, nos quais participaram desde autoridades norte-americanas, soviéticas, japonesas e outras até as multidões anônimas que saíram nas ruas de Praga, Budapeste ou Varsóvia, em 1989, exigindo mudanças radicais no socialismo real. Sem dúvida que, na época da bipolaridade, tanto o presidente norte-americano como o principal governante soviético quase que forçosamente desempenhavam um decisivo papel nas mudanças mundiais. Mas nem sempre os resultados de suas ações correspondiam aos seus objetivos. O objetivo da *perestroika*, por exemplo, nunca foi o de acabar com o “mundo socialista” e muito menos com a ex-URSS; pelo contrário, seu escopo principal era reforçar o poderio soviético mantendo esse país multiétnico coeso e como uma das grandes potências mundiais no século XXI, no que ela fracassou de forma retumbante. E o objetivo da política externa de R. Reagan e de seu sucessor G. Bush foi primordialmente o de combater o socialismo real e a ex-União Soviética, embora ela tenha

sido de fato eficaz em enfraquecer economicamente os Estados Unidos em relação à Europa e ao Japão. Como se vê, a ação de “grandes personagens” em muitos casos acarreta resultados inesperados por eles próprios, às vezes até contrários ao que eles pretendiam.

Quanto a quem venceu com o final da bipolaridade e da guerra fria, do ponto de vista ideológico, há três alternativas principais na bibliografia: o neoliberalismo (interpretação muito usual no Brasil e no restante da América Latina), a social-democracia e o pós-modernismo. Aqueles que argumentam que a nova ordem é neoliberal normalmente são críticos dela e enxergam somente o avanço da privatização em quase todo o mundo, além de insistirem no poderio norte-americano, na pretensa ação do governo desse país por trás de todas as mudanças no globo e em particular no Terceiro Mundo. Trata-se de uma visão maquiavélica da história, como se um “demônio” (o capitalismo norte-americano) estivesse controlando os acontecimentos, os principais processos de mudanças no cenário internacional. O neoliberalismo é mitificado, passa a ser visto como muito mais forte do que efetivamente é, e toda forma de privatização (até mesmo as ocorridas no governo socialista da França, ou na social-democracia sueca e dinamarquesa, nas quais a desestatização de empresas correspondeu à distribuição de ações para centenas de milhares de trabalhadores!) passa a ser taxada como anti-popular. É uma visão estreita que não vê a crise do neoliberalismo, que não compreende que o processo de privatização ocorre em todos os modelos ou caminhos capitalistas (e até naqueles que ainda se dizem “socialistas”, como na China!), assim como a estatização pós-1929 ocorreu em todos os regimes econômicos do mundo (inclusive no liberalismo norte-americano!) e não apenas no socialismo real. A redefinição do papel do Estado, com um “enxugamento” que normalmente é acompanhado por privatizações, é um imperativo para todos os países que desejam enfrentar os desafios do século XXI, da chamada terceira revolução industrial, e não um apanágio tão somente do neoliberalismo como entendem alguns.

Destarte, tanto o neoliberalismo quanto a social-democracia foram e são dois caminhos capitalistas, em especial para o Primeiro Mundo, que tive-

ram os seus altos e baixos, os seus momentos e/ou locais de sucesso relativo e as suas crises. Nenhum dos dois é “o modelo” vencedor ou predominante na nova ordem e, em termos comparativos, o neoliberalismo é o que se encontra numa crise mais profunda. A aplicação de políticas neoliberais nos Estados Unidos e na Inglaterra durante os anos 80, por exemplo, foi um dos principais motivos que explicar o menor crescimento dessas economias frente ao Japão, à Alemanha ou à Itália, países onde predominou outros tipos de política econômica, diferentes do neoliberalismo. Antes de ser neoliberal, a nova ordem dos anos 90 é fundamentalmente pluralista, com variados caminhos e opções dentro do sistema capitalista mundial cada vez mais diversificado. É por isso que alguns autores argumentam que a nova ordem é pós-moderna, o que tem uma boa parcela de verdade, no sentido de que ela admite múltiplas verdades ou pontos de vista, que ela não se fundamenta num único ator ou agente e sim em vários, que ela não possui uma contradição principal (tal como a oposição Leste/Oeste na bipolaridade) e sim várias tensões e contradições (cultural/religiosas, econômicas, político-militares, étnico-nacionais, etc.) que se entrecruzam sem que uma determine as outras.

Como está o avanço das organizações supra ou multinacionais?

Uma teoria muito comentada sobre a Nova Ordem é a teoria dos blocos. Alguns autores, particularmente em 89, desenvolveram esta idéia, com a crise do mundo socialista.

Estavam acostumados a raciocinar em termos de blocos, bloco capitalista e bloco socialista, e quando houve toda aquela crise na Europa Oriental, começaram a falar em novos blocos, inclusive usando o exemplo europeu, como se fosse um caminho inquestionável para todo o resto do mundo. Começaram a dizer que, no século XXI, podem haver guerras entre Ásia e América, ou Ásia e Europa, ou América e Europa. Então, aquela idéia de que, no lugar das grandes potências, vamos ter basicamente três definindo o mundo no século XXI. Essa idéia, na minha opinião, foi mais jornalística, baseada na conjuntura da crise do chamado bloco socialista. As pessoas, acostumadas a raciocinar em termos de blocos, exageram.

Em primeiro lugar, o único bloco que existe

definido, hoje, é o Mercado Comum Europeu, que não é propriamente um bloco; é mais um mercado supranacional.

Porenquanto, na América, o que tem é o NAFTA, mas ainda com muitas indefinições. E o NAFTA não é o continente americano, é mais América do Norte. E o próprio exemplo do Mercado Comum Europeu, que é o mais avançado, mostra que a integração dos países membros não inclui todos os países, ao contrário, seus membros, por exemplo, nos anos 80, passaram a comercializar mais até com o Brasil. O Brasil, nos anos 80, teve uma diminuição relativa do comércio com os EUA e teve um aumento relativo do comércio com a Alemanha, Itália, França; isso contraria a própria idéia de blocos.

Na Ásia é a mesma situação; não tem bloco; todos os países estão disputando o mercado americano, desde o Japão, Coréia do Sul, Hong-Kong, China. Hoje são, no fundo, rivais. Todos estão querendo exportar carros e vídeos para o mercado americano. Esta é a base de grande parte do crescimento econômico desses países. É prematura falar em um bloco asiático. Tem autores que falam em bloco oriental", mas é óbvio que não existe isso; inclusive, as tendências, as tentativas de criar um mercado lá, por enquanto, foram infrutíferas. A China, por exemplo, não quer submeter-se ao Japão; pelo contrário, a China quer ser o novo Japão gigantesco, assim como a Coréia do Sul não quer ser periferia do Japão, e sim um novo Japão. Têm cultura diferente, milenar, uma tradição de oposição, de rivalidade em relação ao Japão, à China, etc...

Existe uma tendência à criação de mercados supranacionais. Neste caso, o Mercado Europeu é realmente o grande exemplo, é o único que por enquanto deu certo. O mundo inteiro reproduz o exemplo europeu e busca a integração de países vizinhos.

Mas isso não significa dizer que o mundo está dividindo-se em blocos; isso já é uma interpretação exagerada, porque, quando pegamos dados estatísticos, vemos que não está aumentando o comércio na América, ou na Ásia; está aumentando o comércio da Ásia com os Estados Unidos, está diminuindo o comércio da América do Sul com os Estados Unidos e está aumentando o comércio da América

do Sul com a Europa. É exatamente o contrário do que diz a teoria dos blocos; são dados que vão em outra direção.

O que está acontecendo de fato é uma globalização muito grande, o mundo está ficando pequeno, unitário. Ninguém está escapando da interdependência. Os únicos países que escaparam até alguns anos da interdependência eram os países de economia planificada, mas mesmo eles se abriram, para o mercado capitalista. O crescimento da China, dita socialista, é um crescimento por que ela abriu-se para o capitalismo, não tem nada a ver com a planificação.

Existe um avanço muito grande da interdependência, e os Mercados Comuns são instrumentos para isso. Ao contrário do que diz a teoria dos blocos, o Mercado Comum, por exemplo na Europa, não é um instrumento para fechamento do continente; ao contrário, é um instrumento de abertura maior do continente. Quero dizer que a Europa, a partir do Mercado Comum Europeu, não é mais fechada para o resto do mundo, é mais aberta, inclusive para o Brasil. Se compararmos o comércio do Brasil com o dos Estados Unidos, por exemplo, não apenas em termos absolutos, mas também em termos relativos, nos anos 80 até ocorreu uma abertura maior para o resto do mundo. Lógico que a abertura, no caso da Europa, foi maior ainda para os países membros da CEE entre si, mais também com os outros países do mundo, da América, Ásia e África ocorreu uma abertura comercial.

O que houve foi um aumento fantástico do comércio internacional, ao ponto que, em 1955, o total mundial de exportação era 80 milhões de dólares e em 1993 ultrapassou os 4 trilhões de dólares, um aumento nunca visto anteriormente. De fato, há interdependência, há globalização, não apenas de exportação e importação, mas também de tecnologia, de cultura, de valores da ciência, até mesmo de migrações de milhões de pessoas todos os anos.

Outro grande problema da nova ordem é a questão demográfica, que vem se agravando. Só que a resposta que foi dada no século XIX, que muitos repetem hoje, lembrando das críticas de Marx a Malthus, foram pertinentes para aquele momento histórico mas não fora este. Marx mostrou que Malthus estava equivocado, que ele não pensava em termos de progresso técnico e que, no fundo, não

era o número de habitantes que contava. O problema seria a capacidade técnica de produzir alimentos. Então, uma área podia ser superpovoada com 100 pessoas, mas se houvesse uma tecnologia moderna, podia ter 1.000 pessoas, que conseguiria alimentar e não haveria mais esse superpovoamento.

Acho que a análise do Marx foi muito boa, mas hoje temos uma nova realidade. Esta análise, hoje, está desatualizada. Por quê? Porque o mundo mudou. Marx pensava em termos de natureza infinita, como se o planeta fosse infinito, sem limites. Hoje os grandes problemas são os limites do planeta, os limites da biosfera, do espaço cultivável. Temos uma nova questão demográfica, que não é mais aquela de Malthus e do século XIX. Tem diferenças muito grandes. Quais são?

A primeira delas é que a questão demográfica no século XIX estava localizada nos países desenvolvidos, ou seja, era um problema da Irlanda, da Inglaterra, da França, etc. Hoje é um problema dos países pobres: da África, da América Central, do sul da Ásia. Essa diferença tem importância, porque aquele problema demográfico do século XIX ocorria nas áreas que estavam gerando tecnologia. E o de hoje está localizado não nas áreas que geram tecnologia, como Japão, Alemanha e Estados Unidos, mas está localizado nas áreas que não têm tecnologia própria. Quando têm, recebem de fora, pronta; uma tecnologia que, em geral, é feita para outras realidades, até mesmo uma realidade para poupar mão-de-obra, ou para barateá-la, o que não tem nada a ver com a realidade da África ou do sul da Ásia.

Outra diferença importante é que a questão demográfica do século XIX foi mais lenta, e hoje é muito mais rápida, porque é ocasionada pela queda da mortalidade. Sabemos que a grande questão demográfica não está ligada à natalidade; inclusive, não tem nem sentido, quando estamos tratando desta questão, começar com a natalidade, pois sabemos que, em geral, é a mortalidade quem influencia a natalidade e não o contrário. A mortalidade realmente é a variável principal, que muda primeiro e que leva, inclusive, a mudanças posteriores na natalidade. Mas, em todo caso, a queda da natalidade foi mais lenta na Europa, no século XIX, e deu tempo para haver uma queda progressiva na natalidade, com a urbanização. Ao passo que hoje,

os países do Terceiro Mundo já têm taxas de mortalidade menores do que o Primeiro Mundo, por incrível que pareça.

A taxa de mortalidade no Paraguai, por exemplo, é menor que na Alemanha, confirmado pelo Anuário Demográfico da ONU. Por quê? Porque nos países desenvolvidos já houve um envelhecimento da população. Sendo uma população velha, tem limites e morre mais. Provavelmente a taxa de mortalidade da Inglaterra é maior que a do Brasil, não porque no Brasil se viva melhor, ou que a saúde aqui é melhor. É que a população é mais velha na Inglaterra, e mais jovem no Brasil.

Então, tem países do sul onde a mortalidade caiu para 8 ou 7‰, ao passo que na Inglaterra, ou na Alemanha, é de 9‰ ou 10‰. Era 7‰, mais subiu devido ao envelhecimento da população. A queda da mortalidade no Terceiro Mundo não ocorre porque o sistema de saúde está ótimo, nem porque a população se alimenta bem. É pura e simplesmente porque houve uma série de descobertas no setor de saneamento básico, ou no setor médico, de remédios, de antibióticos e vacinas, descobertas feitas no Primeiro Mundo e que foram aproveitadas pelo Terceiro Mundo. E, por outro lado, com a tecnologia moderna, não é mais preciso ter tanta força de trabalho, devido aos avanços da robotização e seu conseqüente barateamento, e uma intensa mecanização. Por isso discute-se até a redução da jornada de trabalho, que já é de 6 horas na Alemanha ou na Inglaterra. Esta redução, no século XXI, será a única maneira de manter tanta gente empregada. Também, porque continuar com 6 ou 8 horas de jornada de trabalho? Não vai ter emprego para todo mundo nem na Inglaterra, nem na Alemanha, imaginem então na Nigéria ou na Índia!

Então, o problema demográfico hoje não é aquele da época de Malthus, pois está ligado à tecnologia, ligado à nossa realidade, à Nova Ordem, ligado inclusive ao fato de ser um problema mais do Terceiro Mundo. na época do Malthus era um problema mais europeu, apenas demográfico. Por que foi resolvido? Porque milhões e milhões de italianos, de irlandeses, de ingleses foram para a América, ou Oceania. Sabemos que uma das soluções para resolver o problema demográfico colocado pelo Malthus foi a emigração em massa da Europa, no século XIX.

Hoje isso não é possível, porque existe um fechamento de fronteiras neste sentido. As pessoas tentam, querendo ir para os Estados Unidos, por exemplo; no fundo eles estão fazendo a mesma coisa que o europeu fez no século passado, quando veio para o Brasil. Só que, no mundo de hoje, ao mesmo tempo que há maior interdependência, existe um certo fechamento no sentido migratório, ou pelo menos uma tentativa de fechamento.

No século passado, 40% da população da Irlanda emigrou, assim como, 30% da população da Itália. Se não tivesse acontecido isso, teria tido uma fome tremenda na Itália, na Irlanda e a válvula de escape foi a América, foi a Oceania. Hoje não é possível isso, quer dizer, não é possível que 30% da população da Índia vá para a Europa, ou que 40% da população do Brasil vá para os Estados Unidos,

ou que 40% da América Central ou da África vá para o Japão. Inclusive porque esses países ricos não vão aceitar; eles já estão colocando restrições a esta entrada.

É um problema que está em aberto, e que não foi ainda tão enfatizado devido ao fato de que a crise do mundo socialista deu origem a uma série de problemas étnico-nacionais, e que na África, além do problema da fome, existe o problema das etnias, das rivalidades tribais e étnicas. tudo isso dá impressão de ser guerra civil ou de guerrilha, mas por trás também existe um problema demográfico e de carência de alimentos. O nosso modelo agrícola, a nível mundial, realmente não está adequado para responder ao desafio da fome, inclusive porque os países que sofrem este problema são, em geral, grandes exportadores de alimentos.

Debate

P.: *Num primeiro momento foi analisado que, no final da década passada, a nova ordem internacional geraria na tendência de formação de blocos, principal pela necessidade das grandes potências precisarem de novos mercados consumidores, de ampliar seus mercados para expandir sua produção. Aí, em linhas globais, por exemplo, a América do Norte se apossaria da América Latina, a Europa da África, Japão e China, num segundo momento, da Ásia. Na nova visão apresentada, ficaria esse centro-periferia, esse Norte-Sul, essa necessidade de domínio, já que esses blocos efetivamente não existiriam. E num segundo fechamento, qual seria a posição da China?*

R.: Existe uma tendência de criação de mercados supranacionais, como o Europeu. Só que daí a falar em bloco é prematuro e especulativo. Por outro lado, o Terceiro Mundo em geral não interessa muito a esses mercados, porque o que interessa num mercado são consumidores. O que interessa no Mercado Comum Europeu, por exemplo, não é a mão-de-obra barata de Portugal; este fator já não tem grande importância; mas o seu mercado consumidor. É por isso que a África, sul da Ásia, América Central já não interessaram tanto. Isso, inclusive, contraria um pouco a idéia dos três megabloques, porque quem é que vai querer América Central, ou a África?

Mas é lógico que existe uma tendência de formação de mercados como o Europeu, o Nafta, e talvez até um mercado na Ásia, apesar de estar sendo muito polêmico. Ninguém está entrando num acordo, achando que um vai querer dominar o outro, porque os países da Ásia não tem uma complementariedade; eles têm, na realidade, uma espécie de concorrência. Por exemplo: todos eles exportam produtos eletrônicos para o mercado americano, tanto a Coreia do Sul, quanto o Japão e a China querem exportar para os Estados Unidos. É até difícil fazer uma cooperação, porque, inclusive, eles têm modelos semelhantes.

Está baseado no desenvolvimento de indústrias, como as eletrônicas. Secretárias eletrônicas chinesas começam a chegar no mercado brasileiro mais baratas que as Panasonic japonesas. Há concorrência; não dá para o Japão vender uma Panasonic para a China e a China vender uma secretária eletrônica para o Japão, porque eles estão produzindo produtos concorrentes similares.

O modelo dos Tigres Asiáticos, da China e do próprio Japão, que está num nível mais avançado, é similar e está baseado no mercado americano. Por isso é tão difícil criar-se um "bloco" na Ásia.

E o Terceiro Mundo? É uma questão importante; ele está se diversificando, ficando cada vez mais complexo. O valor da produção econômica do Terceiro Mundo, em 1960, era de 11% do total mundial; em 1990, era de 15%. Ele, como um todo, cresceu mais que o Primeiro Mundo. Lógico que não é uma situação generalizada, que não é a África, nem a América Central, nem o sul da Ásia. Lógico que é uma realidade da Coreia do Sul, Hong Kong, Tailândia, Singapura, um pouquinho de México, de Argentina, do Chile, até mesmo do Brasil.

O Brasil teve uma década de 80 péssima; sabemos que o Brasil foi um dos três países do mundo que mais cresceu no século XX. O problema foram os anos 80, quando acentuou uma crise violenta e o modelo brasileiro desmoronou. Mas até 1980 o Brasil se equiparava com o Japão em termos de taxas de crescimento. Não que a economia brasileira chegou a ser igual à japonesa. O Japão, no século passado, já era uma potência asiática, enquanto o Brasil era um país escravocrata, baseado em cana-de-açúcar no Nordeste, e no café, em São Paulo.

Mas, levando em conta que o Brasil era uma economia primária, o que ele cresceu no século XX foi muito significativo.

O modelo brasileiro é ruim e precisa mudar, para voltar a crescer. Este modelo de tirar di-

nheiro do pobre e dar para o rico se esgotou, já não tem mais o que tirar, ele precisa ser redefinido. Para o Brasil crescer, tem que haver redistribuição da renda.

A própria Coréia do Sul está crescendo tanto porque os salários estão crescendo; então o operário pode comprar mais, pode consumir mais. Não adianta ficar concentrando a renda, porque chega um momento em que a população não tem mais com o que consumir. O mercado de consumo se afunila, se restringe, tal como aconteceu no Brasil.

Mas, como um todo, o Terceiro Mundo cresceu economicamente. Está ficando complexo; tem áreas que estão se aproximando do Primeiro Mundo e outras que são chamadas de Quarto Mundo.

É por isso que, hoje, o próprio conceito do Terceiro Mundo está ficando insuficiente. Ainda é útil, porque temos necessidade de falar em Quarto Mundo, falar em Tigres Asiáticos.

Mas o Terceiro Mundo tem, no mínimo, três patamares diferentes: o primeiro são aqueles países bem adiantados, ou que estão indo muito bem; são a China e os Tigres Asiáticos (Coréia do Sul, Hong Kong, Taiwan, Cingapura, além da Malásia). São países que realmente constituem a vanguarda do Terceiro Mundo, que estão crescendo mais até que o Japão, que a Alemanha, só que em outro patamar, pois não dá para comparar a economia da Coréia do Sul, por exemplo, com a da Alemanha. Mas, no ponto de vista de taxa de crescimento, está sendo maior. Outros países parece que também estão encontrando seu caminho, inclusive na América Latina. Apesar dos problemas da década de 80, na década de 90 a América Latina está se reerguendo. Hoje em dia fala-se em tigres latino-americanos, mas não é o caso do Brasil.

As duas partes do mundo que mais estão crescendo nos anos 90 são o sudeste Asiático e a China, e a América Latina exceto o Brasil.

Porque o Brasil tem um peso enorme? O Brasil tem quase 50% da população da América Latina; isso dá impressão que a América Latina está indo mal, mas tem conseguido certo crescimen-

to, tanto que o segundo país do mundo a crescer mais em 1993 foi o Chile. A China cresceu 12,7% e o Chile cresceu 12,5%, mais que a Coréia do Sul, o Japão, a Alemanha. Tem também o Peru e uma série de países que estão começando a ser chamados de "Tigres Latino-americanos", que estão criando uma experiência nova, começando inclusive a melhorar os salários. No Chile, apesar de muita pobreza, ocasionada pela ditadura do Pinochet, tem hoje relativamente um pouco menos de pobres que há 10 anos.

O modelo desses países é de melhorar progressivamente. Não é de uma hora para outra, subindo salários por decretos. Sabemos que isso não funciona. A inflação consome e não vale mais nada aquele salário mínimo. Sabemos que tem de ser progressivo, conquistado mês a mês, ano a ano. E que só depois de 3,4,5 anos é que começamos a sentir que, de fato, os salários não estão sendo mais corroídos pela inflação. É o que está acontecendo, por exemplo, no Chile, no Peru, na Argentina. No Brasil não, tem aquela mentalidade de achar que tudo vai ser resolvido por um decreto, ou um pacote, de uma hora para a outra, um milagre; aquela coisa de que tudo vem pela lei, de cima para baixo.

O modelo desses países, além de uma melhoria lenta, mais gradativa dos salários reais, que estão subindo mais que a inflação, já controlada, é realmente a exportação, a abertura de mercado. O Chile, por exemplo, é um país que se abriu violentamente, triplicou praticamente as exportações e importações.

Tem que ser uma abertura realmente inteligente, porque não existe caminho mais de isolamento para o desenvolvimento; isso acabou. O desenvolvimento passa necessariamente pela abertura, pela interdependência, pela integração no mercado mundial.

Esse primeiro patamar, onde coloquei os Tigres Asiáticos, a China, e até os chamados Tigres Latino-americanos, é o que chamo de países da periferia que estão começando a encontrar o seu caminho. São os responsáveis por uma melhoria relativa do Terceiro Mundo.

Os outros países, a grande maioria, eu coloco

em dois grupos: um grupo intermediário, no qual encontram-se Brasil, África do Sul, Egito, Turquia e talvez a Índia. É um grupo de países que já têm uma industrialização e tecnologia, mas têm problemas violentos de pobreza, de distribuição da renda; há crises e até conflitos internos, como o separatismo na Índia. Estes países vão ter que se definir; estão na encruzilhada: ou avançam ou regredem.

O outro grupo absorve o restante dos países; a África em geral, com algumas exceções, a América Central em geral e grande parte do sul da Ásia (Bangladech, Paquistão, Afeganistão, etc.). São o chamado "Quarto Mundo", países que não estão em encruzilhada nenhuma. Não têm quase nada para oferecer na Nova Ordem. Não têm tecnologia ou indústrias.

O Brasil pode até ter seu parque industrial sucateado, mas chegou a ter o maior parque industrial do Terceiro Mundo, maior do que muitos países desenvolvidos, como Austrália, Suécia, Áustria, Nova Zelândia ou Espanha.

Os países intermediários, como o Brasil, vão ter que mostrar se vão conseguir enfrentar a Nova Ordem. Já os do "Quarto Mundo", principalmente na África em Geral (Uganda, Tanzânia...) realmente estão com frágeis perspectivas para os anos 90 e início do século XXI, porque não interessa mais a mão-de-obra barata que eles têm. Muitas vezes, suas perspectivas são de tentar ir para Europa. São países assoberbados até mesmo por conflitos étnicos.

P.: *Diz-se que os americanos estão estimulando uma política armamentista por parte do Japão, para que este, investindo em armamentos, se torne mais fraco economicamente. Isso é verdade? Será que não seria um problema dos próprios americanos, que poderia ter aí, além de um concorrente econômico, um concorrente militar?*

R.: Realmente os Estados Unidos pressionaram o Japão diplomaticamente para aumentar os gastos militares. Há dois motivos: o primeiro é que os Estados Unidos sabem que, quando se gasta em armamento, está se deixando de gastar em

outros setores mais importantes. Gastos militares são improdutivos, é dinheiro jogado fora, não gera nada do ponto de vista da qualidade do povo, quando se está fabricando bombas, ou mísseis.

Desde os anos 80, os Estados Unidos estão pressionando o Japão, que começou a gastar mais de 1% do PNB em armamentismo, coisa que nunca fez nos últimos 40 anos. Os Estados Unidos têm muitos motivos. O fato do Japão não ter gastado em armamentismo foi positivo para o seu crescimento, gerando falências de empresas norte-americanas, porque o Japão tem produtos mais baratos, como o automóvel. Os Estados Unidos não vão mais garantir a segurança nacional japonesa, como vem acontecendo desde o final da 2ª Guerra Mundial, quando até proibiu o Japão de ter exército. Hoje não tem mais sentido, porque é um gasto a mais para os Estados Unidos. Então, o Japão está tendo que gastar mais com armamentos, porque sabe que os Estados Unidos não vão mais continuar garantindo sua soberania.

P.: *Como vê a situação atual de Cuba? Relacione-a com o Havai. E a situação da China?*

R.: Fidel Castro é o único líder que vive ainda a bipolaridade, se manteve na base das críticas ao Ocidente, aos Estados Unidos e ao Capitalismo. A situação mudou e a própria Rússia está indo para o Capitalismo. Os países que eram aliados de Cuba, todos já viraram economia de mercado. Mas Cuba mantém uma certa intransigência, só que não tem mais com quem se aliar e sua situação é muito crítica. Faltam alimentos, tem racionamento de combustível, tem um aumento violento da prostituição, voltada para atender ao turismo que é incentivado.

Acho que, mais cedo ou mais tarde, Cuba voltará a ser o que era, ou seja, uma espécie de paraíso de cassinos, um paraíso para turistas do Norte. Será uma regressão? Vai depender até do governo; não necessariamente Fidel Castro, de tentar manter um certo nivelamento, uma certa igualdade relativa, com cassinos, investimento de capital estrangeiro e com o desenvolvimento do turismo. Uma coisa não contradiz a outra. Cuba

lembra um pouco a Bahia, cheia de mulatas, de praias bonitas.

Talvez caiba uma comparação com o Havaí, uma espécie de bordel bem organizado, mas onde ninguém está passando fome. É frequentado por norte-americanos e japoneses, com campos de golfe, colônias de férias, etc.

Cuba não precisa voltar à situação de 59, com aquela diferença muito grande entre ricos e pobres, aquela grande miséria que era fruto de governos corruptos. Os impostos dos cassinos eram pagos, mas desviados. É uma questão do governo investir bem, continuar investindo em educação e saúde, como no Havaí.

Quanto à China, realmente está virando um imenso Tigre Asiático, um dragão. Pode virar um novo Japão, só que um Japão gigantesco. Alguns analistas acham que, se a China continuar crescendo como nos últimos 15 anos, daqui a 20 anos ultrapassará Estados Unidos e Japão e será a maior potência do mundo, a maior economia do mundo no ano 2010. O Japão está preocupado com isso.

Na China, desde a morte do Mao Tsé-Tung e a ascensão de Peng Chio Pin, aconteceram mudanças na economia, descentralização, reabertura da Bolsa de Valores, privatização de empresas inteligentemente feitas, sem corrupção como no Brasil.

A China realmente se integrou no mercado mundial, teve um crescimento grande. Ainda tem muita pobreza; tem mais de um bilhão de habitantes. Mas houve uma melhoria sensível, comparando com 15 anos atrás.

Lógico que a renda per capita é muito baixa e não dá nem para comparar o consumo do chinês com o japonês. Mas é o maior mercado potencial do mundo, apesar de ainda ter um padrão aquisitivo muito baixo.

Por isso a China não precisa de bloco como a Europa. A Europa ocidental toda tem 360 milhões de habitantes, enquanto a China sozinha tem um bilhão, um quinto da humanidade. A China sozinha já é um "bloco", desde que consiga virar um mercado de consumo. Não precisa se aliar ao Japão, à Coreia; poderia ter o proble-

ma de concorrência de produtos similares, que ambos estão exportando.

Mas existem alguns aspectos a serem considerados. O primeiro é que ainda tem uma gerontocracia (anciãos) no poder, tradicionais, dificultando a abertura. Há uma abertura econômica, mas não têm abertura política, o que pode ocasionar novas rebeliões e até uma guerra civil.

O segundo problema é que tem um separatismo muito grande na China, no Tibet, na parte oeste e, ao norte, na "Mongólia Interior", onde a maioria da população é de origem mongol e quer voltar a se unir com a Mongólia.

Tem outros separatismos, como a rivalidade entre os chineses de Pequim, e os da Manchúria, que aceitam relacionar-se com o Japão; até o idioma é diferente. A China tem 80 dialetos diferentes, com problemas de separatismo muito grandes; tem rivalidades. Por exemplo, o crescimento da China foi baseado muito em zonas de exportação. O Governo determinou uma série de zonas; uma região que não tem a zona de exportação tem rivalidade com a outra e começa a falar em separatismo.

P.: *O Oriente Médio pode controlar a situação mundial do Petróleo?*

R.: Não pode mais; eles puderam em 73, mas hoje não. O peso da oferta diminuiu. Hoje tem uma série de outros países que são importantes exportadores de petróleo e não estão no Oriente Médio e nem participam da OPEP. Por exemplo, a China é um dos grandes exportadores mundiais de petróleo; é o segundo fornecedor para o Brasil.

Hoje o peso da OPEP diminuiu muito, após a crise de 73, porque os países ricos investiram muito na diversificação e na substituição por novos materiais na economia. O Japão hoje gasta menos petróleo do que gastava em 1973, apesar de ter mais indústrias e mais automóveis; investiram muito na economia de matérias-primas em geral.

Pode ser por outros problemas, principalmente

o Islamismo, mas não pelo petróleo. O grande problema hoje do Oriente Médio para o Ocidente, para os países do Primeiro Mundo, é o problema do Islamismo, do fundamentalismo religioso. Basta ver os acordos que foram assinados entre a Palestina e Israel. Futuramente, podemos ter um Estado Palestino. Podem conquistar mais terras desde que consigam mostrar que podem governar a faixa de Gaza; futuramente podem conseguir a Cisjordânia. Isso foi possível devido ao final da Guerra Fria, porque um era aliado dos Estados Unidos e outro da União Soviética, e sempre fatores externos atrapalhavam, não havia paz, não tinha solução.

O final da Guerra Fria trouxe perspectivas de paz para o Oriente Médio. Mas deve-se considerar, porém, o crescimento do fundamentalismo religioso, que pode gerar conflitos, mortes e intransigências. No fundo, o que eles querem é guerra mesmo. Por quê? Porque quem morre na guerra vai pro céu. Eles não querem paz, querem que Israel desapareça, querem matar todos os judeus. Não há diálogo, não há negociação, não há paz. É uma situação muito mais forte que o petróleo e os interesses econômicos.

P.: *Como analisa a situação do Mundo Árabe?*

R.: Acho que o mundo árabe nunca teve união. Aproximou-se mais disso nos anos 50. Já Sadam Russeim não trouxe união, nunca teve liderança no mundo árabe. Quando invadiu o Kwait, um país árabe, era devedor do Kwait e da Arábia Saudita. Ao invés de pagar, queria novos empréstimos. Como o Kwait recusou, ele invadiu. Toda aquela retórica da união do mundo árabe foi apenas propaganda, apenas demagogia.

Desde a colonização inglesa e francesa no Ori-

ente Médio, o mundo árabe foi dividido. Ele só teve união para o Maomé. O grande sonho deles é voltar àquele esplendor do império da época do Maomé. Depois não tiveram mais; o fundamentalismo não é só árabe; tem no Irã, que é persa e não árabe; são até muito rivais. O fundamentalismo é mais islâmico e não árabe especificamente.

P.: *Como vê a participação do Brasil no Mercosul?*

R.: O Mercosul trouxe um início de interação; ainda está no estágio de estruturação. Mas ele é importante e deve se expandir.

A tendência do Brasil é realmente estreitar os laços com o Mercosul. Notamos que o Brasil está aumentando o comércio tanto com a Europa, como com o Japão, além de continuar um comércio importante com os Estados Unidos. Mas, do ponto de vista relativo, o maior aumento do comércio externo do Brasil, nos últimos anos, é o que vem ocorrendo com a Argentina. De fato a tendência é que o Brasil se integre cada vez mais às relações comerciais do Mercosul, numa posição de liderança industrial e financeira.

P.: *Os Estados e Nações vão desaparecer no Séc. XXI?*

R.: Acho que os Estados e as Nações vão continuar a ser um fator importante no séc. XXI, só que não vai ser tão importante como, por exemplo, na primeira metade do século XX. Eles não vão sumir, mas, como já está acontecendo, vão perder uma parte do seu poder. Não dá para prever isso; tem algumas questões que só a História dará a resposta.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A PERCEPÇÃO DA PAISAGEM GEOGRÁFICA

Herbe Xavier

Departamento de Geografia da PUC-MG

Em toda a sua história, a Geografia sempre incorporou em seus objetivos o estudo de paisagens. Na Antigüidade Clássica, tais estudos faziam-se presentes com a descrição de lugares. Da mesma forma, durante as Grandes Navegações que ampliaram o horizonte geográfico, a preocupação com a paisagem era fundamental para enriquecer o relato sobre as terras descobertas.

Na Geografia do século XIX e da primeira metade do século XX, como a ênfase era dada aos estudos de lugares ou regiões, atribuía-se grande importância à análise da fisionomia, ou seja, ao estudo da paisagem. Sobressaíram no início dessa fase os estudos de La Blache, reunindo sobre cada lugar as indicações necessárias para fazê-los. Amorim (1985), comentando esses trabalhos, destacou que, entre as orientações seguidas por La Blache, pode ser notada a ênfase sobre a influência recíproca entre o homem e o meio físico, e a análise do visível, utilizando-se a paisagem para as explicações geográficas.

A partir das Guerras Mundiais, novos enfoques foram atribuídos aos estudos da Geografia. Na década de cinquenta, com a utilização de técnicas matemáticas e estatísticas, o estudo da paisagem foi bastante negligenciado. No início da década de setenta, entretanto, sua importância foi redescoberta, a partir das discussões verificadas

em trabalhos de geógrafos sobre a revisão de conceitos e métodos utilizados pela Nova Geografia, nos estudos de análise sistêmica e especialmente nos ligados à percepção do meio ambiente. Estes fatos, conseqüentemente, marcam um retorno à valorização da paisagem, agora, com outros níveis de abordagem.

O estudo do geossistema, elaborado por geógrafos soviéticos, tem sido amplamente aplicado. Sotchava (1977) o considera como capaz de desempenhar o principal papel na solução de numerosos problemas em que a participação do geógrafo é necessária. Sobre este enfoque, os estudos, além de se ligarem à paisagem e suas subdivisões, incorporam sua dinâmica, sua estrutura funcional e suas conexões.

A abordagem sistêmica tem um significado decisivo no estudo da paisagem, pois seu paradigma estuda os componentes da natureza, as conexões entre eles e a sua dinâmica. Não se restringe à sua morfologia, mas projeta-se em sua estrutura funcional e em sua dinâmica e conexões.

Machado (1988) comenta que o enfoque geossistêmico contribui para revitalizar o caráter de integração e totalidade da paisagem geográfica, uma vez que o geossistema corresponde a uma paisagem nítida e bem circunscrita.

Os estudos de percepção de paisagens que têm sido realizados nestas últimas décadas podem ser

inseridos no campo da percepção do meio ambiente e procuram definições mais precisas e suas características.

Meinig (1979) considera o termo “paisagem” como atrativo, importante e ambíguo. É atrativo por trazer sempre à mente alguma perspectiva agradável de um cenário particular, por nos lembrar questões ecológicas ou ambientais, e por sugerir fatos para a descrição de cenas interessantes. A importância advém do fato de envolver um assunto de interesse do público em geral, especialmente dos profissionais preocupados com o desenvolvimento, mudanças ou reorganização do campo ou de cidades. A ambigüidade do termo, por sua vez, é consequência de seu uso por profissionais dos mais diversos campos, tais como artistas, arquitetos, planejadores, cientistas da terra, historiadores e geógrafos, cada qual utilizando-o com diferentes propósitos.

Uma contribuição básica que atribui um sentido amplo à paisagem e lhe confere uma importância significativa é a de Collot (1986). Para esse autor, não se pode falar em paisagem, a não ser a partir de sua percepção. O indivíduo não recebe passivamente os dados sensoriais, mas os organiza ativamente, com vista a atribuir-lhes um significado. Analisando por este ângulo, o estudo da paisagem implica três situações: ponto de vista, parte e unidade ou conjunto.

Em relação ao ponto de vista, a paisagem é definida de onde é observada, e, como condição para sua existência, envolve uma atividade do sujeito. A paisagem não é um simples objeto em face do qual o indivíduo poderá situar-se no nível da exterioridade. Sujeito e objeto são inseparáveis. O sujeito encontra-se envolvido pelo espaço, pela paisagem.

Além do ponto de vista, a paisagem oferece parte de uma área cujos limites ligam-se à posição do observador, a qual determina a extensão de seu campo visual, e ao relevo da área observada. O limite manifesta-se pela circunscrição dentro de uma linha além da qual nada é visível (horizonte externo) e pela existência, no interior da área, de partes não visíveis (horizonte interno).

A idéia de conjunto é ressaltada considerando que a paisagem se constitui como totalidade coerente, compondo um contexto que é alcançado de

um só golpe de vista. Assim, ela é o resultado de três sistemas organizadores: a visão, a existência e o inconsciente, respectivamente estudados pelas abordagens da Psicofisiologia, da Fenomenologia e da Psicanálise.

A paisagem é caracterizada como uma atividade informadora da percepção visual. Oferece uma mensagem captada pela visão, que, além de registrar os dados sensoriais, também os organiza e os interpreta. Assim, a visão não se posiciona sozinha na percepção: todo o corpo do sujeito está envolvido no processo.

Na linha fenomenológica, o território perceptivo é vivido como um prolongamento do próprio corpo. Collot, com base em Von Vexhüel, reconhece o espaço vivido através de três zonas distintas, que correspondem ao espaço imediato, situado a um raio de meio metro em torno do sujeito; ao espaço profundo, onde reina a constância perceptiva, e ao espaço longínquo, além de oito quilômetros, onde se perde a constância perceptiva.

Para Collot, é no espaço profundo que se insere a paisagem. Neste espaço reinam as boas condições para a percepção visual. Com base em tal característica, a paisagem se define com o espaço ao alcance do olhar e também à disposição do corpo. No espaço profundo existem as condições favoráveis para que os sujeitos atribuam à paisagem seus diversos significados. Por fim, no contexto da psicanálise se faz a abordagem dos significados inconscientes da paisagem.

A contribuição de Collot é, portanto, fundamental para os estudos da percepção geográfica, por destacar as várias maneiras pelas quais a paisagem geográfica é percebida, além do fato de que a ela é atribuído um sentido amplo.

Outro autor que merece ser comentado é Tuan (1979). A paisagem, segundo afirma, não significa uma unidade funcional, como uma fazenda ou um município, não podendo ser definida apenas por especificação de suas partes. Paisagem é mais que isso: é como uma imagem, uma construção da mente e dos sentimentos. As imagens que temos sobre paisagens são infinitas, pois exigem perspectivas estéticas, funcionais e morais.

Paisagem é uma combinação de pontos de vistas objetivos e subjetivos, que tem lugar no “olho da mente”. Ela nos aparece mediante um

esforço de imaginação, exercida sobre uma forma altamente selecionada, a partir de um sentido determinado.

Compreender um lugar, diz o autor, envolve tempo e reflexão. Aprendemos desde criança a perceber sempre mais com os olhos da mente. As informações dadas pelo meio ambiente motivam o pensamento. Quando a mente novamente focaliza o meio ambiente, sua contemplação é sempre colorida e acrescida de estórias.

A percepção de paisagens é uma arte. Sua avaliação envolve a cultura e é influenciada pela arquitetura ou pela literatura. Entre as tendências atuais que influenciam a percepção de paisagens, colocam-se em evidência os sentidos ecológico e sociológico, que podem afetar seriamente nossas reflexões e julgamentos. O encanto que a paisagem oferece é prazer, se visto por meio de uma reflexão ecológica, mas pode ser incômodo, diante de críticas sociológicas.

Tuan acrescenta a reflexão de que o desejo de um *habitat* ideal para o homem viver é universal. Assim, a paisagem como *habitat* tem que ser capaz de suportar a subsistência do homem e satisfazer sua natureza moral e estética. "A paisagem sempre encoraja um sonho". Ela pode ancorar nossa atenção, pois tem componentes que podemos ver e tocar.

Em uma discussão sobre paisagem, não podemos deixar de citar o paisagista Burle Marx (1975), que, a partir de definições contidas em dicionário da Língua Portuguesa, teceu importantes considerações a respeito do assunto. Expõe inicialmente que no bojo da paisagem é constante a referência ao sentido da visão. Sua representação envolve tudo aquilo que abarcamos com o olhar. Em seguida, comenta que não se pode identificar a paisagem como um conjunto de acidentes geográficos, mas que, além da base física, estão nela incluídos todos os seres vivos que aí habitam, inclusive o homem. Acrescenta que todos os elementos da paisagem são passíveis de transformação, e que cada lugar é constituído por um conjunto de paisagens.

Verifica-se, portanto, que Burle Marx, ao tratar paisagem, destaca uma relação entre o meio ambiente e aquilo que é visto pelo observador.

Existe também, por parte de alguns autores,

uma preocupação com a interpretação de paisagens.

Lewis (1979), após observar sistematicamente diversas paisagens, formulou sete axiomas, como guias para a interpretação de cenas americanas. Seus estudos estão orientados para o tipo de paisagem que os geógrafos chamam de cultural, e fornecem uma orientação clara e segura, portanto básica para a interpretação de paisagens geográficas com base na percepção.

O primeiro desses axiomas considera a paisagem como um *indício de cultura*. A cultura de uma nação reflete-se em suas paisagens culturais, pois estas evidenciam o tipo de povo que as construiu. Esse axioma é interpretado por alguns corolários, como o de mudanças culturais, considerando que a paisagem humanizada representa um enorme investimento de dinheiro, tempo e emoção. Assim, as pessoas não promoveriam tais mudanças, a não ser movidas por fortes pressões. Há também o corolário regional, considerando que povos de determinadas regiões de um país olham de modos diferentes outros locais, não só por influência de elementos físicos, como o clima ou a vegetação, mas também por questões culturais; o da difusão, tendo em vista que uma paisagem pode ser mudada como consequência de vários fatores, como a imitação, por exemplo; o de convergência, supondo a existência de semelhanças passíveis de serem detectadas em duas áreas distintas, e o do gosto, onde se nota que diferentes culturas se associam em diferentes maneiras de gostar.

O segundo axioma é o da *unidade cultural e da igualdade de paisagens*. O autor destaca que todos os elementos da paisagem refletem aspectos da cultura de um povo. Uma proposição básica que esse axioma apresenta é o fato de considerar que a cultura é integral, constituindo uma unidade.

No axioma das *coisas comuns*, todos os elementos que entram na composição de uma paisagem têm importância considerável, por expressar sua sólida natureza. O fato é muitas vezes negligenciado, quando os elementos da paisagem se associam a situações como o esnobismo.

O axioma *histórico* revela a idéia de que uma paisagem é o registro de um passado, no qual os hábitos, tecnologia, riquezas, ambições e preferências eram diferentes dos hodiernos. É de se

considerar que a maior parte das mudanças culturais não acontece gradualmente, mas sim por inesperados saltos, provocados por um grande evento como guerras, depressões ou grandes invenções. Para o entendimento do significado cultural, tem importância significativa o conhecimento da tecnologia ou dos mecanismos que possibilitam a existência dos elementos construídos na paisagem.

O axioma do *controle ambiental* considera que a maior parte das paisagens culturais está intimamente relacionada ao meio ambiente físico. Assim, a “leitura” de uma paisagem cultural pressupõe algum conhecimento da paisagem física.

O axioma *geográfico* ou *ecológico* assinala que elementos da paisagem cultural ganham importância se estudados fora de seu contexto geográfico.

Por fim, um sétimo axioma considera que muitos *elementos obscuros* e de difícil interpretação estão presentes na paisagem.

Meinig (1979) preocupa-se também com a interpretação de paisagens. Seu trabalho baseou-se em entrevistas com um pequeno mas variado grupo de pessoas reunidas, olhando no mesmo instante para a mesma direção. Estas pessoas não atribuíram uma mesma interpretação para a mesma cena, podendo-se identificar dez enfoques diferentes da paisagem: como natureza, *habitat*, artefato, sistema, problema, riqueza, ideologia, história, lugar e estética.

A interpretação da paisagem como *natureza* considera o destaque dos elementos físicos, atribuindo pouca influência à ação do homem sobre o ambiente. O espectador é sempre tentado a retirar o homem da cena, restaurando a natureza à sua primitiva condição.

Como *habitat* considera-se a paisagem como o território utilizado como morada do homem. Aquilo que se percebe é um trabalho contínuo dos grupos humanos para um relacionamento viável com a natureza. Assim, a paisagem é uma mistura do homem e natureza.

Como *artefato*, considera-se o impacto do homem sobre a natureza. Muitas pessoas vêem em primeiro lugar numa cena o registro do homem em todas as coisas. A terra se identifica como uma plataforma sobre a qual tudo que se segue é con-

seqüência da ação do homem.

Como *sistema*, percebe-se a paisagem dentro de uma visão de conjunto, não se prestando atenção a fatos isolados. Para alguns, a visão da paisagem é a de um dinâmico equilíbrio de interação de processos, como por exemplo um rio fazendo parte do ciclo hidrológico.

Como *problema*, tende-se a perceber ou inferir em uma cena a existência de problemas tais como encostas erodidas, enchentes de rios, derrubadas de matas, poluição industrial, cidades inadequadas ou congestionamento.

A paisagem é interpretada como *riqueza* por aquelas pessoas habituadas a ver toda cena com olhos de um avaliador, atribuindo sempre um valor monetário àquilo que se enxerga.

Como *ideologia*, a paisagem representa uma combinação de símbolos de uma sociedade, símbolos de valor, o governo de ideais ou um fundamento filosófico da cultura. Podem ser apontadas em uma cena manifestações de interpretação de liberdade, individualismo, competição, utilidade, poder, modernidade ou expansão e progresso.

Como *história*, a paisagem é um registro de ocorrências diversas, de experiências do passado. Para alguns espectadores, tudo que se manifesta diante de seus olhos é um complexo e cumulativo registro de trabalho do homem e da natureza desse lugar.

Como *lugar*, considera-se a paisagem familiar; assim, toda ela é um local, uma parcela individual do infinitamente grande mosaico que é o mundo.

Finalmente, a interpretação da paisagem como *estética* enfatiza apenas sua qualidade panorâmica.

Meinig considera ainda que esses dez modos de interpretar a paisagem não esgotam a possibilidade da existência de outros. Além disso, esclarece que também vemos, em comum, muitos elementos da paisagem, tais como casas, estradas, árvores ou elevações, assim como estabelecemos a caracterização dos elementos pela forma, dimensão e cor, ou atribuímos um significado a partir de associação de fatos que, ajustados, propiciam idéias coerentes. A interpretação de paisagens não somente aponta aquelas idéias aos nossos olhos, mas sobretudo dentro de nossas mentes.

O homem, por experiência, conhece as paisa-

gens. Apreende formas de ações para usá-las, valorizá-las e, quando necessário, tomar atitudes em relação a elas. Assim, o homem se integra com as paisagens do meio ambiente. Mas, para identificar os objetos, reter suas variáveis e identidades, e se integrar ao meio físico, a paisagem tem que ser observada, e a visão representa a parte fundamental desse processo. Contudo, o processo perceptivo se efetiva porque a imagem do mundo que atinge a retina é conduzida ao cérebro onde é processada.

Através de seus componentes, a paisagem oferece informações. Estas não são recebidas passivamente pelos indivíduos. Através de órgãos sensoriais elas são captadas, organizadas ativamente e trabalhadas no cérebro, onde lhes são atribuídos significados diversos. As maneiras pelas quais as pessoas percebem a paisagem são extremamente diversificadas. Situações como a idade, o sexo e a cultura exercem influências no processo perceptivo. Da mesma forma, situações influenciadas pela arquitetura, literatura ou pelos sentimentos

ecológicos e sociais também interferem nesse processo.

Segundo Vernon (1971), certos processos psicológicos têm função especial no cérebro e alertam os indivíduos para as variações das paisagens. A percepção, ao se processar, vai permitir a formação de imagens mentais. As imagens das paisagens percebidas aparecem como uma reprodução na mente das pessoas. Por vezes, a imagem pode ser tão clara, vívida e detalhada que permite um exame mental e fornece detalhes do fato original, com variáveis espaciais e temporais.

Por todos esses aspectos considera-se que a abordagem perceptiva pode fornecer explicações sobre as relações entre o homem e a paisagem. Assim, a questão básica de um estudo sobre a percepção de paisagens geográficas recai sobre a necessidade de saber como as pessoas vêem o mundo e que valores atribuem ao seu meio ambiente. Para tanto, deverão ser destacados os sentimentos das pessoas, suas manifestações topofílicas e suas condutas e atitudes em relação às paisagens.

RESUMO

Em toda a sua história, a Geografia sempre incorporou em seus objetivos o estudo da paisagem mas, por volta da década de cinquenta, esse estudo foi bastante negligenciado. Sua importância foi redescoberta nos estudos ligados à percepção do meio ambiente, marcando uma revalorização de seu conceito, agora em outros níveis de abordagens. São feitos comentários sobre a contribuição de diversos autores que procuram definições mais precisas de características da paisagem geográfica e que também procuram estudar formas de sua interpretação, destacando que a abordagem perceptiva poderá oferecer contribuições significativas para o entendimento de relações entre o homem e o meio ambiente.

Palavras chave: Paisagem, paisagem geográfica, percepção geográfica.

ABSTRACT

In all its history, geography has always considered the study of landscape one of its aims. However, it was neglected during the fifties, and it regained importance only with studies connected with environment perception, when its concept was re-shaped in a different approach. The author comments on the contribution of many scholars in search of more precise definitions of the characteristics of geographical landscape, and of possible ways to interpret it. According to him, the perceptive approach can offer significant contributions to the understanding of the relationship between man and the environment.

Key words: Landscape, geographical landscape, geographical perception.

Referências Bibliográficas

- AMORIM FILHO, Oswaldo B. A evolução do pensamento geográfico e suas conseqüências sobre o ensino da Geografia. **Revista Geografia e Ensino**, n. 1, 1982, pp. 5-18.
- BURLE MARX, Roberto. Recursos paisagísticos do Brasil". **Geografia e Planejamento**, n. 22, 1975, p. 55-63.
- COLLOT, Michel. Points de vue sur la perception des paysages". **L'Espace Geographique**, n. 3, 1986, p. 211-217.
- LEWIS, Pierce F. Axioms of reading the landscape: some guides to the American Scene". MEINIG, Donald W. (ed.), **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: O.U.P., 1979.
- MEINIG, Donald W. (ed.). **The interpretation of ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- _____. The beholding eye: ten versions of the same scene. MEINIG, Donald W. (ed.). **The interpretation of the ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- MACHADO, Lucy Marion C. P. O estudo da paisagem: uma abordagem perceptiva. **Revista Geografia e Ensino**, n. 8, 1988, p. 37-45.
- SOTCHAVA, V. B. O estudo de geossistemas. **Método em Questão**, n. 16 I. G. – USP, 1977.
- TUAN, Yi-Fu. Thought and landscape: the eye the mind's eye. MEINIG, Donald W. (ed.). **The interpretation of the ordinary landscapes: geographical essay's**. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- VERNON, Marianne D. **The psychology of perception**. Harmonds-Worth: Penguin Books, 1972.

PERCEPÇÃO DO MEIO AMBIENTE POR ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

Lucy Marion Calderini Philadelpho Machado

Departamento de Geografia – IGCE – UNESP
Campus de Rio Claro

Nas últimas décadas, os homens, enquanto pessoas e instituições, têm manifestado preocupação e interesse pelas questões relativas ao meio ambiente. Os meios de comunicação são veículos constantes na divulgação de diferentes problemas ambientais: acidentes nucleares, poluições, devastações florestais, secas prolongadas e suas consequências, dentre outros.

No âmbito científico, os pesquisadores, nas suas diversas áreas de ação, têm contribuído de várias maneiras na tentativa de estudar, minimizar e solucionar as alterações ambientais que as atividades do homem introduziram no mundo moderno e contemporâneo.

A Geografia, em particular, vem procurando desenvolver estudos que visem a assegurar uma melhor adequação nos planejamentos do meio ambiente, tanto o natural como o construído, e uma das abordagens utilizadas refere-se aos estudos de percepção do meio ambiente, que buscam fornecer o conhecimento das percepções que diferentes grupos de pessoas têm dos lugares e das paisagens onde nascem, crescem, trabalham, vivem e morrem, enfim, passam toda sua vida. Desse modo, procura-se introduzir nos processos de tomada de decisão as percepções dos indivíduos para que o planejamento e o gerenciamento do meio ambiente correspondam, também, às preferências e necessidades dos usuários.

A questão da interação entre o homem e o meio

ambiente se amplia então, consideravelmente, revelando uma visão que transcende as fronteiras disciplinares e conceituais e eclode na consideração de que, para estudar essa interação, é necessário que a sua percepção, que vem sempre acompanhada da atribuição de valores e tomada de posições, seja analisada tanto do ponto de vista cognitivo, como do afetivo.

Assim, os problemas humanos mais importantes emergem de fenômenos que não podem mais ser estudados por um enfoque científico tradicional, já que resultam de uma atividade perceptiva das pessoas em relação às condições ambientais criadas por e para elas. Isto está a exigir dos estudiosos uma posição que possa fundir a objetividade do cientista e a preocupação do humanista e reclama do pesquisador outros procedimentos de estudo e de análise.

Este artigo apresenta o estudo do meio ambiente através de uma abordagem perceptiva. Ele foi desenvolvido com oitenta alunos de oito diferentes cursos universitários integralmente ministrados no campus da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e planejado como requisito básico na disciplina "Percepção Ambiental", no Curso de Pós-Graduação em Geografia, no IGC, UFMG, com o propósito de oferecer orientação à pesquisa dentro de uma abordagem perceptiva do meio ambiente, impregnado de significados e valores. Como trabalhar objetivamente

com dados tão subjetivos? A análise qualitativa tem sido, até agora, relegada na abordagem científica tradicional, por ser muito difícil de articular e expressar em linguagem científica aceitável, principalmente sem destruir a riqueza e a complexidade dos significados atribuídos.

A questão da percepção ambiental é hoje considerada fundamental para se entender a preferência, o gosto e as ligações cognitivas e afetivas dos seres humanos para com o meio ambiente, uma vez que se constituem na grande força que modela a superfície terrestre através de escolhas, ações e atitudes ambientais.

Propósito e Objetivo

Verificar como graduandos de diferentes áreas do conhecimento percebem o meio ambiente é questão de fundamental importância, tendo em vista que serão futuros profissionais atuando nos mais variados ramos de atividades. E como a percepção vem sempre acompanhada da atribuição de valor, a conduta destes indivíduos frente ao meio ambiente certamente refletirá a maneira pela qual sua formação profissional está agora se realizando.

O objetivo principal desta pesquisa foi o de estudar a percepção que alunos de graduação de diferentes cursos têm do meio ambiente em termos de: identificação e definição, responsabilidades e atitudes.

Referencial Teórico e Metodológico

A capacidade de perceber, conhecer, representar, pensar e se comunicar permite ao homem moldar os lugares e as paisagens. Suas respostas ambientais são, então, influenciadas pelas interpretações que ele é capaz de fazer a partir de suas experiências perceptivas presentes e passadas, de suas expectativas, propósitos, aspirações, gostos e preferências. Assim sendo, percepção, no entendimento de Tuan (1980), é tanto a *“resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem*

para a sombra ou são bloqueados”. Precisamos de todos os nossos sentidos para nos comunicarmos com o mundo que nos rodeia, mas a percepção é definida como o significado que atribuímos às informações recebidas pelos nossos sentidos, como sensações. A percepção é, então, altamente seletiva, exploratória, antecipadora, e implica um conjunto de atividades perceptivas (Fraisse e Piaget, 1969) como exploração, comparação, transposição, descentração, entre outras. Neste estudo a percepção será considerada em termos de identificação e definição do meio ambiente, de responsabilidade diante dele e das atitudes em relação a ele.

Se a percepção é um fator sempre presente em toda a atividade do homem, isto significa dizer que ela tem um efeito marcante na conduta dos indivíduos frente ao meio ambiente. Para Oliveira (1983, p. 1), *“meio ambiente é tudo que rodeia o homem, quer como indivíduo, quer como grupo, tanto o natural como o construído, englobando o ecológico, o urbano, o rural, o social e mesmo o psicológico”*. A percepção do meio ambiente se faz então em várias escalas, desde a planetária até a pessoal, incluindo a continental, a regional e a local. Se todas essas nuances estão ligadas à percepção que o indivíduo tem do meio ambiente, será importante considerar nesta pesquisa alunos de diferentes cursos universitários.

Tuan (1983) analisa as diferentes maneiras como as pessoas sentem e conhecem o espaço, as paisagens e os lugares e considera que experienciar é aprender e que a realidade é um constructo da experiência, uma criação de sentimentos e pensamentos. Relph (1979), por outro lado, afirma que as bases fenomenológicas da realidade geográfica são sustentadas por três pilares – espaço, paisagem e lugar –, na medida em que são diretamente experienciados como atributos do mundo vivido, embora não haja entre eles limites precisos. Considera mesmo que talvez seja o lugar o mais fundamental entre eles, porque é a partir dos lugares nos quais vivemos e temos vivido que conhecemos o mundo.

Com esse embasamento teórico foi possível definir conceitual e operacionalmente todos os termos, transformando-os em guias preciosos ao preparo do instrumento de medida, permitindo o alcance do objetivo definido e orientando, ainda, todos os demais procedimentos da pesquisa.

Procedimentos da Pesquisa

Caracterização dos Sujeitos

Foram considerados sujeitos deste estudo os alunos de graduação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), de oito diferentes cursos integralmente ministrados no Campus da Pampulha: Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, Geologia, Letras, Pedagogia e Sociologia. Estes cursos foram escolhidos de maneira a incluir tanto aqueles mais voltados para o estudo de diferentes aspectos do meio ambiente como aqueles que, pela grade curricular, não teriam uma relação tão direta com os elementos do meio ambiente. Como sujeitos da pesquisa foram considerados 80 alunos (10 para cada curso) e no total foram inqueridos 44 homens (55%) e 36 mulheres (45%), sendo que a Tabela 1 mostra esta distribuição por curso.

Quanto à faixa etária, as idades dos sujeitos oscilam entre 18 e 44 anos, como se observa na Tabela 2. Uma análise desta tabela revela que 88,75% dos alunos concentram-se na faixa entre 19 e 27 anos, com um acúmulo na faixa entre 20 e 24 anos (62,5%). No restante ocorre apenas um número muito baixo de alunos por idade. Essa maior concentração entre 20 e 24 anos se deve ao fato de que a maioria dos cursos não têm duração superior a 5 anos e os alunos iniciantes têm idade entre 18 e 20 anos. Os cursos de Física e Educação Física concentram a maioria dos alunos mais jovens e os cursos de Pedagogia, Geografia e Letras a dos alunos mais velhos.

Tal fato se refletirá nos períodos em que se encontram matriculados os alunos do grupo considerado, dados que estão contidos na Tabela 3.

Uma análise desta Tabela revela que há alunos em todos os períodos (1º ao 9º), inclusive dois realizando continuação de estudos em outra modalidade (Letras e Pedagogia). No total, 81,25% estão concentrados entre o 3º e o 7º períodos (ou seja, entre o 2º e o 4º ano de estudo) sendo que o período de maior ocorrência é o quinto (21,25%). No curso de Física 60% dos alunos têm 20 anos e estão cursando desde o 2º até o 6º período, o qual concentra 50% do total.

No curso de Educação Física as idades oscilam entre 19 e 25 anos mais 60% deles estão no 3º período. No curso de Sociologia, apenas um aluno tem 33 anos, e os demais se concentram na faixa entre 19 e 24 anos. Foram encontrados alunos desde o 1º período até o 6º com 40% concentrados no 3º período.

Os alunos do curso de Biologia têm uma distribuição mais regular na faixa entre 18 e 27 anos. Tal como ocorre no curso de Educação Física, estão concentrados entre o 3º e o 7º período, com 40% cursando este último. No curso de Geologia as idades oscilam entre 21 e 27 anos. É o curso no qual os alunos estão mais adiantados, entre o 4º e o 9º período, com 40% no 5º período.

No curso de Letras três alunos têm idade entre 30 e 31 anos. Os demais concentram-se entre 21 e 24 anos. Quanto aos períodos cursados, os alunos estão entre o 1º e o 5º período, havendo apenas um continuando os estudos em outra modalidade. Geografia é o curso que apresenta alunos concentrados entre 22 e 28 anos, com 50% deles com 27 anos. No que diz respeito aos períodos, eles se distribuem desde o 2º até o 4º.

Pedagogia apresenta um aluno com 44 anos. Os demais se encontram entre 20 e 32 anos. Quanto aos períodos cursados, eles oscilam entre o 3º e o 8º, com um aluno realizando continuação de estudos em outra modalidade.

Instrumento de Medida

Para coletar os dados necessários ao desenvolvimento desta pesquisa foi construído um questionário formado por três questões abertas, que procuram analisar a percepção que alunos universitários de diferentes áreas do conhecimento no campus da UFMG têm do meio ambiente em termos de: identificação e definição, responsabilidades e atitudes. A aplicação do questionário foi precedida pelo preenchimento de um formulário de informações.

Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada no dia dezesseis de outubro de 1990, no campus da UFMG, por sete⁽¹⁾ pós-graduandos em Geografia que cursa-

(1) Bernardo Gontijo, Doralice Barros Pereira, Ivonete Sirfaco Martins, Maria Luiza Grossi Araújo, Simone Maria de Araújo Vilela, Soraia Maria de Jesus, Virgínia Helena Carvalho de Castro.

vam a disciplina Percepção Ambiental, no IGC, UFMG. Cada pós-graduando aplicou, ao acaso, dez questionários em estudantes de cursos previamente escolhidos: Ciências Biológicas, Educação Física, Física, Geografia, Geologia, Letras, Pedagogia e Sociologia, cabendo a um dos aplicadores o preenchimento de 20 questionários, no que foi auxiliado pelos colegas. O questionário foi preenchido na mesma hora e local.

Resultados e Discussões

Os dados coletados, organizados e resumidos foram analisados qualitativamente, abordando os diferentes aspectos da percepção definidos para este estudo.

Para verificar como os alunos *identificam* e *definem* o meio ambiente foi feita a questão “Para você o que é meio ambiente?” e os resultados estão resumidos nas Tabelas 4 e 5. Na Tabela 4 os resultados revelam dez categorias utilizadas para identificar e definir o meio ambiente. Embora abrangentes, pode-se verificar maior destaque às categorias *Interação* e *Vida* (13,75% cada uma delas), *Lugar* e *Tudo* (11,25% respectivamente), *Espaço* e *Meio* (10% cada uma delas).

A categoria *Interação* e a categoria *Sistema* referem-se ao meio ambiente percebido por um filtro intelectualizado, ou seja, revela o enfoque sistêmico de funcionamento, de relações e trocas entre os componentes do meio ambiente. Sendo assim, a percepção traduzida na categoria *Interação* e na categoria *Sistema* vai além dos componentes paisagísticos visíveis na paisagem, passando pelas interações que se estabelecem entre todos os elementos do meio ambiente. Esta dinâmica, embora ininterrupta, não é visível na paisagem, sendo valorizada apenas por profissionais e técnicos, através de filtros científicos.

Lugar, *Tudo* e *Entorno*, embora se diferenciem conceitualmente e se apresentem em separado na Tabela 4, merecem uma avaliação conjunta (25 sujeitos e 31,25%) por se tratar de categorias que têm em comum a experiência vivida, entendida

como “*envolvimento com o mundo, necessidade de raízes e de segurança*” (Relph, 1979, p. 17). É interessante ressaltar que nestes casos o sujeito se sente envolvido pelo que ele considera meio ambiente, mudando apenas a escala nas relações afetivas que se estabelecem. Para Relph, “*lugares são existenciais e uma fonte de autoconhecimento e de responsabilidade social*”. (p. 16).

O entendimento de espaço é para Relph contexto rico em significados que são experienciados pelo sujeito a todo momento. Para ele, espaço não é somente perceptivo, sensorial e representativo, mas vivido.

A categoria *Vida* indica o atributo de suporte, que é o próprio meio ambiente, para que haja vida. Novamente nota-se a influência forte do filtro profissional que o termo *Vida* carrega, no nível dos conceitos prévios apreendidos na Universidade.

Na Tabela 5 verifica-se a identificação do meio ambiente por alunos de cada curso. Os cursos de Letras, Geologia, Física e Geografia apresentam os maiores escores nas categorias *Interação* e *Sistema* (3 sujeitos em cada curso para cada categoria), o que pode ser reflexo de uma visão mais globalizante contida nos conteúdos programáticos destes cursos. É importante ressaltar que Geografia e Geologia são cursos que permitem aos seus alunos trabalhar com diferentes escalas desde o nível local, regional até o planetário, e a Física é um curso que permite trabalhar em escalas que vão do micro ao infinito. O curso de Letras, embora não apresente disciplinas com conteúdos integradores e voltados para o meio ambiente, pode estar permitindo a seus alunos uma visão de interação pela diversidade de leituras, pela própria vivência do sujeito e pelos meios de comunicação. Seguem-se alguns exemplos de protocolo da categoria *Interação* e da categoria *Sistema*:

Letras (23)⁽²⁾: “Intercâmbio entre natureza e o homem, interação harmônica.”

Física (06): “Uma relação de interação entre os reinos planetários;” (09): “É o sistema homem/natureza, que envolve relações de troca.”

Geografia (34): “Sistema sensível, perceptível e inteligível, com o qual o ser humano, individual

(2) (23) = Número do protocolo de respostas por curso, na listagem geral, variando de 1 a 80.

e coletivamente, estabelece uma mediação unitemporal, ou seja, aspectos da realidade sempre apresentados ao ser humano”.

Para a Biologia, outro curso que se destaca na categoria Vida (3 sujeitos), este é um termo usual e pregnante, portanto, a identificação do meio ambiente como Vida é resultado dos conteúdos integradores dos estudos ambientais.

O curso de Letras se sobressai também nessa categoria, dentre os demais cursos pesquisados, na questão da identificação de meio ambiente. Existe a possibilidade da influência das leituras necessárias à formação demonstrada na categoria Interação. Os exemplos que se seguem ilustram essas colocações:

Biologia (44): “Em termos científicos seria a própria vida, onde ela se desenvolve e consegue alcançar seu ponto ótimo, depende de como ela é tratada.”

Letras (29): “Quando falo meio ambiente penso em ecologia, como se fosse uma fonte de vida que cabe ao ser humano cuidar para que exista.”

Os cursos de Educação Física (3 sujeitos para Lugar), Biologia (3 sujeitos para Tudo) e Pedagogia (3 sujeitos para Entorno), foram os que mais se destacaram nestas categorias, como se observa nos exemplos citados a seguir:

Educação Física (51): “É onde se habita, ou mesmo lugares ermos mas que trazem algum benefício à humanidade”.

Biologia (49): “Tudo: o ar, o chão, o que se vê, as pessoas com as quais convivemos.”

Pedagogia (76): “É tudo que nos cerca, o ar que respiramos, a água que bebemos, as árvores, os animais, etc.”

É interessante notar como a Sociologia foi o curso que apresentou o maior número de sujeitos (50%) identificando o meio ambiente com a categoria *Espaço*. Isto revela conteúdos teóricos apreendidos no seu curso, que enfocam a sociedade localizada num espaço, que o homem transforma, através da experiência vivida cotidianamente, como no exemplo: Sociologia (15): “Espaço natural (terra, água, fauna, flora) onde o homem reside.”

O curso de Educação Física se destaca com três sujeitos identificando o meio ambiente como Meio. A expressão pode então ser considerada como um lugar onde se vive e que está mais próxi-

mo, como exemplificam os protocolos:

Educação Física (54): “Meio ambiente é todo meio em que vivemos, incluindo as pessoas, plantas e animais.

Pedagogia (75): “Todo meio onde o homem está inserido, onde é agente e receptor de suas ações, relação do homem entre si e com a natureza.”

Para verificar a *responsabilidade* diante do meio ambiente, foi elaborada outra questão: “Quem deve cuidar do meio ambiente?” e os resultados apresentam-se resumidos nas Tabelas 6 e 7. Uma observação da Tabela 6 revela que foram identificadas duas categorias principais:

a) A categoria *Todos* aponta o entendimento da responsabilidade para com o meio ambiente como sendo de todos os indivíduos. É a idéia do cuidado compartilhado, dividido, incluindo neste caso grupos e instituições. Vale ressaltar que a categoria *Todos* é comum e vigorosa, tendo obtido os maiores escores (82,5% e 66 sujeitos), o que é altamente positivo. Como exemplo, pode-se destacar:

Sociologia (13): “A partir da conscientização da cidadania, e a percepção de que tudo que nos rodeia diz respeito e implica nossa responsabilidade, todos os homens têm o dever de preservar a si e ao meio ambiente.”

Pedagogia (76): “Todas as comunidades, desde o bebê até os idosos;”

b) Aos órgãos e Instituições são dadas as responsabilidades no sentido da legislação, ou seja, na implementação de leis, na fiscalização e orientação da população sobre as questões ambientais. O curso de Geologia foi o que apresentou o maior escore nesta categoria (3 sujeitos, representando 30% do curso), como demonstra a Tabela 7. Foi escolhido o protocolo número 61 do curso de Geologia para exemplificar esta categoria: “*Acredito que cada indivíduo pode dar uma pequena contribuição. Mas efetivamente esta função deve ser atribuída ao Estado*”.

Para verificar as *atitudes* que os alunos dos cursos pesquisados têm diante do meio ambiente, foi feita a última indagação: “Como você cuidaria do meio ambiente?” Os resultados apresentam-se resumidos nas Tabelas 8 e 9. A Tabela 8 revela que 27 sujeitos (33,75%) posicionam-se na categoria Sem Agressão. Esta expressão significa a utiliza-

ção do meio ambiente com cuidado, alterando o mínimo, conservando.

Ainda na Tabela 8 observa-se que a conscientização representa 17 respostas (21,25%) de 80 sujeitos pesquisados. É considerada importante a participação individual, de grupos, de órgãos e instituições junto à população em geral, para a formação de atitudes positivas frente ao meio ambiente. A conscientização é vista como condição para a tomada de posição frente ao meio ambiente. Neste propósito, pode-se incluir também as categorias *Trabalho Coletivo e Discussões e Educação Ambiental*, pois trata-se de posicionamentos que se preocupam com o conhecimento das questões ambientais, condições para a formação de atitude que beneficie o meio ambiente.

A *Preservação/Conservação* foram consideradas como uma única categoria, por se tratar de diferentes atitudes com um só propósito: o de alcançar um desenvolvimento sustentável. A Tabela 8 mostra que os sujeitos pesquisados (18,75%) tenderam a ter atitudes voltadas para o princípio da proteção total ou da proteção com o aproveitamento dos bens pela natureza. De qualquer forma, meio ambiente, para este grupo, é tarduzido pela noção de preservação/conservação.

As atitudes diante do meio ambiente para cada curso estão reunidas na Tabela 9. A categoria *Sem Agressão* é destacada por quase todos os cursos. As exceções são Biologia, Geografia e Geologia. Os cursos de Física, Letras e Sociologia foram os que se destacaram nesta categoria (50% para cada curso), seguidos da Educação Física (40%) e Pedagogia (30%). Embora sejam cursos que não contêm nos seus currículos enfoques específicos sobre o meio ambiente, esta categoria reflete a preocupação dos indivíduos, que se mostram sensíveis e afetados pelas questões ambientais. Seguem-se exemplos do conteúdo das respostas:

Física (4): "Interferindo o mínimo possível."

Letras (25): "Em primeiro lugar evitando jogar lixo, jogando lixo no lixo, fazendo campanha dos carros contra poluição, criando um senso crítico nas pessoas que possibilite o respeito e a preservação do meio."

Embora todos os cursos tenham apontado a categoria *Conscientização*, os de Biologia e Geografia (30% cada), ao destacarem esta categoria,

mostram-se mais comprometidos com as questões ambientais, numa ação ampla. É uma demonstração da consciência e da necessidade de se trabalhar no nível comunitário para que se obtenha o alargamento das atitudes positivas do homem com o meio ambiente. Nos exemplos que se seguem estão incluídas as categorias *Trabalho Coletivo e Discussões e Educação Ambiental*, por terem implícita nos seus propósitos a *Conscientização*:

Educação Física (58): "Informando-me melhor."

Biologia (44): "Não usaria nenhum dos métodos usados pelo governo, eles tentam conciliar o inconciliável". Conscientização geral do povo sobre a condição essencial do meio ambiente, individual ou globalmente. Conhecimento das relações animais e vegetais do meio ambiente.

Pedagogia (75): "Trabalho coletivo e discussão sobre o assunto entre toda a população."

Letras (30): "Esta história de plantar uma plantinha e não jogar papel de bala na calçada é ficção. Se eu fosse a única! Não adianta. A coisa é urgente e precisa de soluções em conjunto."

Biologia (41): "Educação ambiental nas escolas (1º e 2º graus). Disciplina obrigatória, começando pela base."

Todos os cursos citaram *Preservação/Conservação*, destacando-se três sujeitos (30%) no de Educação Física. Seguem-se exemplos desta categoria:

Educação Física (60%): "Usando o bom senso, utilizando-se dele sem prejudicá-lo".

Biologia (45): "Preservação de algumas, muitas áreas. Antes de se estabelecer alguma atividade econômica, observar-se ao máximo a cadeia na qual esta intervenção está inserida. Amparo da legislação."

A categoria *Legislação*, com somente 3,75% do total de sujeitos pesquisados, considera a necessidade de o governo legislar sobre o meio ambiente, defendendo-o da possibilidade de atitudes tidas como negativas. Observa-se que nesta categoria os sujeitos não trazem para si a responsabilidade e iniciativa da atitude como posição pessoal, mas delegam a terceiros tal compromisso. O exemplo que se segue demonstra essa idéia: Geografia (38): "Aplicação de penalidades severas

aos infratores.”

Resumindo todas as considerações, pode-se afirmar que, para tratar da valorização do meio ambiente, é necessário que as pessoas, tanto os usuários como os que estudam, pesquisam, atuam, administram e legislam, desenvolvam um conhecimento sobre o mesmo. A aquisição do conhecimento traz consigo a responsabilidade e as posições diante do meio ambiente poderão ser muito mais positivas, vigorosas e orientadas para uma direção mais acertada.

Conclusões

Este estudo teve o propósito de verificar as percepções que alunos de graduação de diferentes cursos têm do meio ambiente. Dado o caráter restrito desta pesquisa, desenvolvida com apenas 10 sujeitos para cada curso considerado e dentro de um cronograma vinculado a uma disciplina de Pós-graduação, deve-se usar de reservas nas conclusões. Contudo, apesar das limitações expostas, é possível delinear alguns pontos fundamentais identificados.

- Com relação à identificação e definição de meio ambiente, as respostas foram extremamente variadas. Contudo, foi possível verificar dois tipos: uma mais ligada aos aspectos visíveis da paisagem e outra vinculada à sua dinâmica, aos processos de evolução, certamente fornecidos pelo curso universitário. As primeiras são respostas mais afetivas e refletem necessidades cotidianas; as segundas são respostas mais cognitivas e profissionais.
- Com relação à responsabilidade, o conjunto dos oito cursos atribuiu-a principalmente à categoria Todos, embora uma participação de menor intensidade atribua esta responsabilidade a órgãos e instituições. Contudo, alunos de diferentes cursos foram coerentes nas respostas quanto à responsabilidade e atitudes diante do meio ambiente.
- As atitudes diante do meio ambiente estão, no conjunto, agregadas na categoria Sem Agressão. Os cursos de Biologia e Geografia são os únicos que consideram a categoria Conscientização imprescindível à formação de atitudes positivas.

Ressalta-se que são cursos de conteúdos programáticos mais voltados para o meio ambiente.

- As percepções do meio ambiente, as atitudes diante dele e os valores a ele atribuídos não parecem ser fortemente influenciados apenas pela formação universitária específica do curso considerado. Entretanto, seria importante a inserção, em todas as áreas do conhecimento, de conteúdos programáticos integradores em relação ao meio ambiente, ministrados através de uma abordagem mais holística e menos reducionista. Isso significa dizer que há necessidade de rever o atual currículo em vigor.
- Tanto a educação formal, como a própria vivência dos sujeitos, parecem ter um grande peso no tratamento das questões ambientais.
- Seria interessante, tanto para cada curso universitário, como para o campo da Educação, que outras investigações sobre a percepção do meio ambiente fossem desenvolvidas, com grupos de sujeitos mais numerosos e com outros cursos universitários.

Reflexões Finais

Quando se trata do meio ambiente, não é suficiente que os professores leiam e discutam as obras que discorrem sobre ele, apontando implicações para a vida no planeta Terra, mas tentem, pessoalmente, aplicar esses fundamentos teórico-metodológicos de modo que o aluno possa perceber, de forma continuada, as conexões com o conjunto do sistema das ciências. Isso envolve, sem dúvida, a reestruturação de nosso sistema de informação e educação, para que os novos conhecimentos possam ser apresentados e discutidos de forma mais apropriada.

A educação não é uma simples contribuição que viria acrescentar algo aos resultados de um desenvolvimento individual espontâneo ou efetuado com o auxílio apenas da família; a educação é uma só e constitui um dos fatores fundamentais e necessários à formação intelectual e moral, de forma que a escola, em todos os níveis, fica com boa parte da responsabilidade no que diz respeito ao fracasso do indivíduo, na realização de suas

próprias possibilidades e em sua adaptação à vida social. Somente as interações sociais e educativas haverão de transformar esboços iniciais em condutas eficazes ou destruí-los para sempre. Para tal, será necessária uma reestruturação da informação e do conhecimento, o que envolverá uma transformação profunda de nosso sistema educacional.

Os principais problemas de nosso tempo são sistêmicos, o que significa dizer que estão intimamente interligados e são interdependentes. Portanto, não podem ser entendidos no âmbito da metodologia fragmentada que é característica de nossas disciplinas acadêmicas e de nossos organismos governamentais.

Esta nova visão da realidade é, sem dúvida, uma autêntica e profunda visão ecológica num sentido que vai além das preocupações imediatas

com a proteção ambiental, exigindo mesmo uma distinção entre *ambientalismo superficial*, que se preocupa com o controle e a administração mais eficientes do meio ambiente em benefício do homem, e a *ecologia profunda*, que envolve a percepção e uma atribuição de valor ao papel dos seres humanos no ecossistema planetário, requerendo uma nova base filosófica (Sessions, 1981).

É, portanto, nas estruturas futuras da Universidade, da qual irá depender a preparação de todos os profissionais, que se coloca o ponto mais sensível para romper a inércia das situações adquiridas, isto é, passadas mas não ultrapassadas. Só assim poderemos “*aguçar a consciência dorminhoca de muitos que deveriam cuidar da inter-relação maravilhosas que prende o destino dos homens ao destino da terra*” (Andrade, 1978).

RESUMO

Este artigo apresenta o estudo do meio ambiente através de uma abordagem perceptiva. Ele foi realizado com oitenta estudantes universitários de oito diferentes cursos integralmente ministrados no Campus da Universidade Federal de Minas Gerais, com o objetivo de analisar a percepção que alunos de graduação de diferentes áreas do conhecimento têm do meio ambiente em termos de: identificação e definição, responsabilidade e atitude, utilizando a técnica de questionário. Pode-se concluir destacando alguns pontos fundamentais: 1) com relação à identificação e definição do meio ambiente foram observados dois tipos de respostas, uma mais ligada aos aspectos visíveis da paisagem e outra mais vinculada à sua dinâmica e processos de evolução; 2) a primeira categoria envolve respostas mais afetivas e reflete necessidades cotidianas, enquanto que a segunda contém respostas mais cognitivas e profissionais; 3) a responsabilidade pelo meio ambiente foi entendida como sendo de todos, revelando o cuidado compartilhado, dividido; e 4) as atitudes diante do meio ambiente foram vigorosas em três direções: sem agressão, conservação e conscientização.

Palavras-chave: percepção ambiental, meio ambiente e estudantes universitários.

ABSTRACT

This is a study of the environment from a perceptive viewpoint. It was carried out by eighty university students from eight different programs offered in the campus of the Universidade Federal de Minas Gerais, with the use of questionnaires, aiming at analysing the environment perception of undergraduate students from many areas in terms of identification, definition, responsibility and attitude. Some fundamental points were detected: 1) as to environment identification and definition, answers concerned either visible aspects of landscape or the dynamics and evolution processes of landscape; 2) the first category involves emotional answers and reflects daily needs, while the second contains cognitive and professional answers; 3) responsibility for the environment was felt to concern everyone, implying shared care; 4) attitudes towards the environment indicated three tendencies: aggression, preservation and awareness.

Key words: environmental perception, environment, university students.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Carlos Drummond de. *Jornal do Brasil*, 21/11/1978.
- FRAISSE, Paul & PIAGET, Jean. **Tratado de Psicologia Experimental**. Rio de Janeiro: Forense, 1969. V. 6: A percepção.
- MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. **Meio ambiente e educação**. Rio Claro: ARGeo – Série Ensino nº 1, 1989.
- OLIVEIRA, Lúvia. **A percepção da qualidade ambiental**; a ação do homem e a qualidade ambiental. Rio Claro: ARGeo/Câmara Municipal de Rio Claro, 1983. p. 1.
- PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.
- RELPH, Edward E. As bases fenomenológicas da geografia. *Geografia*, v. 4, n. 7, p. 1-27, abr. 1979.
- SESSIONS, George. Shallow and deep ecology: a review of the philosophical literature. In: SHULTZ, B., HUGHES, D. (org.) **Ecological consciousness**. Ganham: University Press of America, 1981.
- TUAN, Yi-Fu. **Topofilia**; um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- _____. **Espaço e lugar**; a percepção da experiência. São Paulo: Difel, 1983. p. 10.
- WHYTE, Anne, V. T. **Guidelines for field studies in environmental perception**. Paris: UNESCO, 1977 (Technical notes, 5).

Tabela 1
Distribuição dos sujeitos por curso e sexo (n = 80)

Cursos	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Biologia	5	5	10
Ed. Física	5	5	10
Física	7	3	10
Geografia	6	6	10
Geologia	6	4	10
Letras	5	5	10
Pedagogia	5	5	10
Sociologia	5	5	10
Total	44	36	80
%	55	45	100

Pesquisa direta.

Tabela 2
Distribuição dos sujeitos por curso e idade (n = 80)

Cursos	Anos																	Total
	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	44	
Biologia	1	—	—	2	1	1	2	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	10
Ed. Física	—	3	1	2	1	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Física	—	—	6	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
Geografia	—	—	—	—	1	1	—	1	1	5	1	—	—	—	—	—	—	10
Geologia	—	—	—	1	1	1	3	2	1	1	—	—	—	—	—	—	—	10
Letras	—	—	—	3	2	—	2	—	—	—	—	—	2	1	—	—	—	10
Pedagogia	—	—	1	—	—	1	3	—	2	—	—	—	—	—	1	—	1	10
Sociologia	—	1	2	1	3	—	2	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	10
Total	1	4	10	12	10	5	13	5	5	7	1	1	2	1	1	1	1	80
%	1,25	5	12,3	15	12,15	6,25	16,25	6,25	6,25	8,75	1,25	1,25	2,5	1,25	1,25	1,25	1,25	100

Pesquisa direta.

Tabela 3
Distribuição dos sujeitos por curso e períodos (n = 80)

Cursos	Períodos										Total
	1º	2º	3º	4º	5º	6º	7º	8º	9º	Outra Modalidade	
Biologia	–	–	2	3	–	1	4	–	–	–	10
Ed. Física	–	–	6	2	–	–	2	–	–	–	10
Física	–	1	–	1	3	5	–	–	–	–	10
Geografia	–	2	–	1	1	1	3	2	–	–	10
Geologia	–	–	–	1	4	1	1	1	2	–	10
Letras	1	1	2	2	3	–	–	–	–	–	10
Pedagogia	–	–	1	–	3	–	3	2	–	1	10
Sociologia	1	–	4	1	3	1	–	–	–	1	10
Total	2	4	15	11	17	9	13	5	2	2	80
%	2,5	5	18,75	13,75	21,25	11,25	16,25	6,25	2,5	2,5	100

Pesquisa direta.

Tabela 4
Identificação do meio ambiente (n = 80)

Categorias	Sujeitos	%
Entorno	7	8,75
Espaço	8	10,0
Interação	11	13,75
Lugar	9	11,25
Meio	8	10,0
Natureza	5	6,25
Sistema	7	8,75
Vida	11	13,75
Tudo	9	11,25
Outros	5	6,25
Total	80	100

Pesquisa direta.

Tabela 5
Identificação do meio ambiente por cursos (n = 80)

Cursos	Entorno	Espaço	Interação	Lugar	Meio	Natureza	Sistema	Vida	Tudo	Outros	Total
Biologia	1	0	1	1	1	0	0	3	3	0	10
Ed. Física	1	1	0	3	3	0	0	2	0	0	10
Física	0	0	2	1	0	1	3	1	1	1	10
Geografia	0	2	0	1	2	1	3	0	1	0	10
Geologia	0	0	3	0	1	1	1	1	1	2	10
Letras	1	0	3	0	1	1	0	3	1	0	10
Pedagogia	3	0	2	2	0	1	0	0	1	1	10
Sociologia	1	5	0	1	0	0	0	1	1	1	10
Total	7	8	11	9	8	5	7	11	9	5	80
%	8,75	10	13,75	11,25	10	6,25	8,75	13,75	11,25	6,25	100

Pesquisa direta.

Tabela 6
Responsabilidade em relação ao meio ambiente (n = 80)

Categorias	Sujeitos	%
Órgãos e Instituições	11	13,75
Todos	66	82,50
Outros	3	3,75
Total	80	100

Pesquisa direta.

Tabela 7
Responsabilidade em relação ao meio ambiente por cursos (n = 80)

Categorias	Órgãos e Instituições	Todos	Outros	Total
Biologia	1	7	2	10
Ed. Física	1	9	0	10
Física	2	8	0	10
Geografia	2	8	0	10
Geologia	3	7	0	10
Letras	0	9	1	10
Pedagogia	0	10	0	10
Sociologia	2	8	0	10
Total	11	66	3	80
%	13,75	82,5	3,75	100

Pesquisa direta.

Tabela 8
Atitudes diante do meio ambiente (n = 80)

Categorias	Sujeitos	%
Conscientização	17	21,25
Educação Ambiental	6	7,50
Legislação	3	3,75
Preservação/Conservação	15	18,75
Sem Agressão	27	33,75
Trabalho Coletivo e Discussões	8	10,0
Não sei	1	1,25
Outros	3	3,75
Total	80	100

Pesquisa direta.

Tabela 9
Atitude diante do meio ambiente por cursos (n = 80)

Cursos	Conscient.	Educação	Legislação	Preserv./	Sem	Trabalho	Não Sei	Outros	Total
		Ambiental		Conserv.	Agressão	Coletivo e			
						Discussões			
Biologia	3	1	1	2	2	1	0	0	10
Ed. Física	2	0	0	3	4	0	1	0	10
Física	2	0	1	2	5	0	0	0	10
Geografia	3	1	1	2	2	1	0	0	10
Geologia	2	1	0	2	1	1	0	3	10
Letras	1	1	0	1	5	2	0	0	10
Pedagogia	2	0	0	2	3	3	0	0	10
Sociologia	2	2	0	1	5	0	0	0	10
Total	17	6	3	15	27	8	1	3	80
%	8,75	7,5	3,75	18,75	33,75	10	1,25	3,75	100

Pesquisa direta.